

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Ano Económico de 2025

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO ANO ECONÓMICO DE 2025

	Pág.
1. INTRODUÇÃO	4
2. ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	5
3. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS	8
3.1 Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental	9
3.2 Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza	11
4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	13
4.1 Balanço Consolidado	14
4.2 Demonstração de Resultados Consolidada	17
4.3 Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada	19
4.4 Demonstração das Alterações no Património Líquido Consolidado	22
4.5 Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	24
Nota 1 - Identificação das entidades, período de relato e referencial contabilístico	25
Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	28
Nota 3 - Ativos Intangíveis	34
Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente	35
Nota 5 - Ativos Fixos Tangíveis	41
Nota 6 - Locações	44
Nota 7 - Custos de empréstimos obtidos e financiamentos obtidos	44
Nota 8 - Propriedades de Investimento	45
Nota 9 - Imparidade de ativos	45
Nota 10 - Inventários	46
Nota 11 - Agricultura	47
Nota 12 - Contratos de construção	47
Nota 13 - Rendimentos de transações com contraprestação	47
Nota 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação	48
Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	49
Nota 16 - Efeitos de alterações em taxas de câmbio	52
Nota 17 - Acontecimentos após data de Balanço	52
Nota 18 - Instrumentos financeiros	53
Nota 19 - Benefícios dos empregados	54
Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas	54
Nota 21 - Relato por segmentos	55
Nota 22 - Outra informação considerada relevante	55
22.1- Devedores e credores por transferência, subsídios e empréstimos bonificados	55

	Pág.
22.2 - Clientes	56
22.3 - Diferimentos	56
22.4 - Fornecedores	57
22.5 - Estado e Outros Entes Públicos	57
22.6 - Outras Contas a Pagar	58
22.7 - Outras Contas a Receber	58
22.8 - Património Líquido	59
22.9 - Impostos, contribuições e taxas	59
22.10 - Vendas e Prestações de serviços	59
22.11 - Transferências e subsídios correntes obtidos	60
22.12 - Outros rendimentos	60
22.13 - Transferências e subsídios correntes concedidas	60
22.14 - Fornecimentos e serviços externos	60
22.15 - Outros gastos	61
22.16 - Resultados entre Rendimentos e Gastos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	61
22.17 - Resultados Financeiros	61
5. CONTABILIDADE DE GESTÃO	62
ANEXOS	66
ENCERRAMENTO	68

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO ANO ECONÓMICO DE 2025

1. INTRODUÇÃO

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro aprovou o novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), revogando a anterior Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro).

O n.º1 do artigo 75º daquela lei prevê que os municípios que detenham entidades participadas, dentro do perímetro de consolidação terão de apresentar contas consolidadas. Nos termos do n.º 6 do mesmo artigo integram o perímetro de consolidação as empresas locais que pertencem ao sector empresarial local do município, independentemente do grau de participação.

A elaboração das demonstrações financeiras que compõem a consolidação de contas seguem as instruções constantes da Orientação nº 1/2010 – “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, aprovada pela Portaria nº 474/2010, de 1 de julho, a qual estabeleceu um conjunto de princípios orientadores e requisitos mínimos que devem estar subjacentes à consolidação de contas das entidades integradas no sector público administrativo.

Nestes termos, a Câmara Municipal apresenta as contas consolidadas com o grupo autárquico, conforme o artigo 75º e n.º 2 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro- RFALEI, conjugado com a alínea i) do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que “estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico”, e o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado de 2019, passam a vigorar Normas de Contabilidade Pública (NCP), estabelecendo-se o normativo de consolidação de contas financeiro NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas.

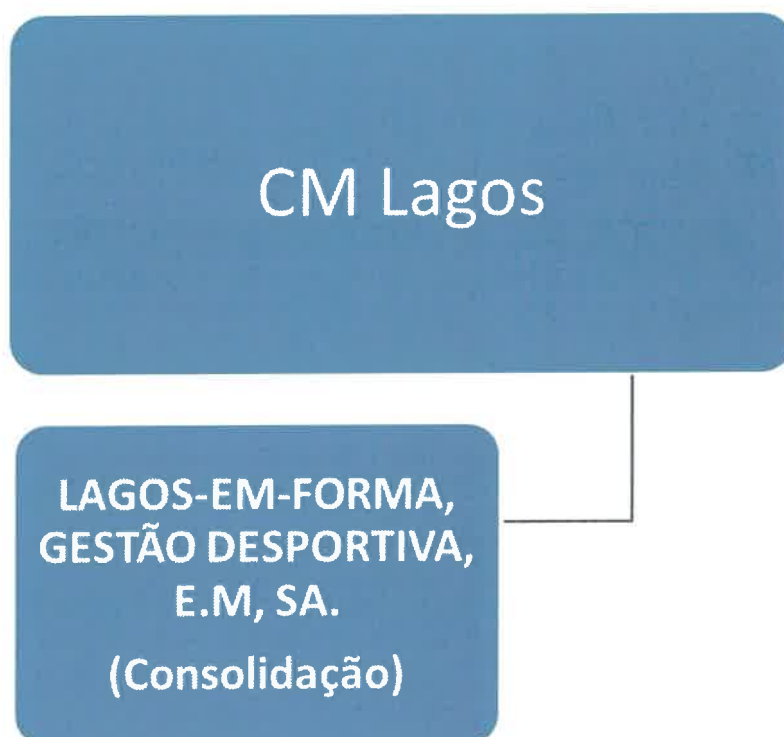
Os documentos referem-se ao ano económico de 2025 e apresentam as contas consolidadas com o grupo autárquico de forma a complementar a informação prestada nas contas individuais.

Nestes termos o perímetro de consolidação do Município de Lagos apenas engloba a empresa local LAGOS em FORMA - Gestão Desportiva, E.M, S.A., detida diretamente a 100%.

As contas consolidadas foram auditadas e certificadas por um revisor oficial de contas.

Lagos, 17 de junho de 2026

2. ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO



No quadro seguinte apresentam-se as entidades nas quais a Câmara Municipal detém uma participação financeira, evidenciando-se a percentagem de participação e aquelas onde existe uma relação de domínio.

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Percentagem de participação na entidade ou direitos na distribuição de lucros/direitos patrimoniais	Relação de domínio	Integração nas demonstrações financeiras consolidadas
Lagos-Em-Forma - Gestão Desportiva, EM, SA	Empresa Municipal	100%	Existe	Consolida
Terras do Infante - Associação de Municípios	Associação de Municípios	N/A- Não existe influência significativa nos termos da NCP23	Não	Custo
Centro de Ciência Viva de Lagos	Outros	N/A- Não existe influência significativa nos termos da NCP23	Não	Custo
Águas do Algarve, SA	Empresa	N/A- Não existe influência significativa nos termos da NCP23	Não	Custo
Algar, SA	Empresa	N/A- Não existe influência significativa nos termos da NCP23	Não	Custo

LAGOS-EM-FORMA, Gestão Desportiva, E.M, S.A

A LAGOS em FORMA – Gestão Desportiva, EM, SA foi criada em 4 de Setembro de 2006 e é detida a 100% pelo Município de Lagos.

O atual objeto social da empresa, formalmente aprovado pela Deliberação n.º63/AM/2015 da Assembleia Municipal de Lagos tomada na sessão ordinária de junho de 2015, reunião de 06/07/2015, passou a ser o seguinte:

1. Gestão de serviços de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional, tal como definido no Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local, acompanhando e executando as políticas de desenvolvimento territorial do Município de Lagos, com vista ao crescimento e reforço da coesão da economia local e regional, compreendendo as seguintes atividades:
 - a) Promoção, gestão, exploração e conservação de equipamentos coletivos e de lazer pertencentes ou sob a sua administração, seja a que título for, ao Município de Lagos;
 - b) Organização de atividades, ações de formação e eventos nas áreas do lazer e do desporto;
 - c) Gestão do serviço de estacionamento público no Município de Lagos, designadamente a promoção, exploração, fiscalização e manutenção de locais de estacionamento.
2. As atividades descritas no número anterior podem compreender a promoção, ampliação, renovação e manutenção das instalações e equipamentos, desde que tal seja expressamente autorizado ou cometido pela tutela.
3. Acessoriamente a Empresa Local poderá exercer outras atividades relacionadas com o seu objeto social.

Cabe ainda à LAGOS em FORMA – Gestão Desportiva, EM, SA a organização de atividades, ações de formação e eventos nas áreas do lazer e do desporto, a gestão do serviço de estacionamento público no Município de Lagos, designadamente a promoção, exploração, fiscalização e manutenção de locais de estabelecimento público.

Para além das atribuições resultantes do seu objeto social a LAGOS em FORMA – Gestão Desportiva, EM, SA, tem como missão:

- A Gestão e exploração dos equipamentos desportivos municipais, bem como aqueles que ao município estão ou venham a estar confiados, ao abrigo de contratos-programa estabelecidos ou a estabelecer, tal como assumir as ações necessárias à manutenção, reabilitação e requalificação desses espaços;
- Fomentar a atividade física através de um serviço público acessível, diversificado e qualificado;

Desenvolver e criar os meios e condições necessários aos clubes desportivos, associações e instituições da sociedade civil, na prossecução dos seus objetivos específicos;

- Promover as instalações desportivas municipais e demais serviços da LAGOS-EM-FORMA no mercado global;
- Garantir uma gestão rigorosa e eficiente dos seus recursos.

Conforme estratégia definida pela tutela, que decorreu da deliberação da Câmara Municipal na reunião realizada no dia 17 de junho de 2015 e da Assembleia Municipal de Lagos, na sessão ordinária de junho, esta empresa local, no início de outubro de 2015, passou a integrar as atividades de gestão dos estacionamento tarifados e parques de estacionamento cobertos da cidade de Lagos, atividade que vinha sendo desenvolvida pela FUTURLAGOS, Empresa Local para o Desenvolvimento, E.M, S.A..

A partir da mesma data, o pessoal afeto a esta atividade na empresa local FUTURLAGOS transitou para esta empresa local, iniciando também a sua colaboração mais dois funcionários para apoio nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada (ZEDL).

Em 2016 foi aprovado, na sessão ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal de Lagos (Deliberação n.º 17/AM/2016), o contrato – programa entre o Município de Lagos e a Lagos – em – Forma – Gestão Desportiva, E.M., S. A., para a gestão do estacionamento tarifado e dos parques de estacionamento cobertos de Lagos.

3. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

3.1 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

3.2 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

3.2 — Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

Consolidado							
Rubrica	RECEBIMENTOS	2025	2024	Rubrica	PAGAMENTOS	2025	2024
	Receita corrente	4 696 974,20	4 080 008,25		Despesa corrente	391 891,32	238 947,05
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	D1	Despesas com o pessoal	245 302,22	230 203,79
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	232 103,00	215 663,30
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	13 199,22	14 540,49
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	D1.3	Segurança social	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	942 964,87	876 755,20	D2	Aquisição de bens e serviços	66 866,44	8 743,26
R4	Rendimentos de propriedade	46 630,64	17,96	D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00
R5	Transferências Correntes	614 608,71	621 486,10	D4	Transferências e subsídios correntes	79 712,66	0,00
R5.1	Administrações Públicas	614 608,71	621 486,10	D4.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	614 608,71	621 154,74	D4.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D4.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D4.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D4.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	331,36	D4.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	79 712,66	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	D4.1.3	Famílias	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	3 013 265,34	2 568 547,20	D4.1.4	Outras	0,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	79 504,64	13 201,79	D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00
	Receita de capital	291 694,13	232 819,54	D5	Outras despesas correntes	10,00	0,00
R8	Venda de bens de investimento	21,09	42,73		Despesa de capital	4 713,54	0,00
R9	Transferências e Subsídios de Capital	152 941,64	174 896,10	D6	Aquisição de bens de capital	3 463,54	0,00
R9.1	Transferências de Capital	152 941,64	174 896,10	D7	Transferências e subsídios de capital	1 250,00	0,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	152 941,64	174 896,10	D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	D7.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	1 250,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	138 080,31	57 229,62	D7.1.3	Famílias	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	651,09	651,09	D7.1.4	Outras	0,00	0,00
				D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00
	Receita efetiva [2]	4 988 668,33	4 312 827,79		Despesa efetiva [5]	396 604,86	238 947,05
	Receita não efetiva [3]	0,00	0,00		Despesa não efetiva [6]	0,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00
	Receita total [4]=[1]+[2]+[3]	4 988 668,33	4 312 827,79		Despesa total [7]=[5]+[6]	396 604,86	238 947,05

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

4.1 BALANÇO CONSOLIDADO

Balanço consolidado por natureza do período findo em 31 de Dezembro de 2025

Balanço Consolidado 31 de dezembro de 2025		Exercicio	
RUBRICAS	NOTAS	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	267 185 616,88	258 482 858,96
Propriedades de investimento	8	1 687 491,03	1 695 720,15
Ativos intangíveis	3	217 077,27	305 430,72
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras	18/20	2 664 236,33	3 915 487,09
Devedores por empréstimos bonif. e subsídios reembolsáveis	22.1	164,92	164,92
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	10 167,65
Outros ativos financeiros		13 265,78	13 265,78
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Outras contas a receber		0,00	0,00
		271 767 852,21	264 423 095,27
Ativo corrente			
Inventários	10	679 357,47	714 308,05
Ativos biológicos		0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	22.1	767 550,35	796 382,20
Devedores por empréstimos bonif. e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes	22.2	1 544 042,15	1 696 352,09
Estado e outros entes públicos	22.5	130 602,72	273 388,53
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Outras contas a receber	22.7	19 572 242,04	18 588 363,14
Diferimentos	22.3	409 149,37	506 680,40
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos	1.3	39 525 972,48	35 095 018,97
		62 628 916,58	57 670 493,38
Total Ativo		334 396 768,79	322 093 588,65
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
		0,00	0,00
Património/Capital		138 441 811,85	138 441 811,85
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas		13 010 266,01	12 893 568,02
Resultados transitados		105 379 454,12	104 442 830,88
Ajustamentos em ativos financeiros		1 321 754,09	1 830 246,12
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no Património Líquido		47 951 974,25	42 432 160,37
Resultado líquido do período	22.8	8 677 173,92	998 785,19
Dividendos antecipados		0,00	0,00
Interesses que não controlam		0,00	0,00
Total Património Líquido		314 782 434,24	301 039 402,43

Balço Consolidado 31 de dezembro de 2025		Exercicio	
RUBRICAS	NOTAS	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	1 155 002,22	1 097 890,99
Financiamentos obtidos	7	6 634 124,03	8 496 993,80
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Responsabilidades por benefcios pós-emprego		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Fornecedores		0,00	0,00
Outras contas a pagar	22.6	21 372,22	24 102,21
		7 810 498,47	9 618 987,00
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	22.1	79 712,66	0,00
Fornecedores	22.4	117 412,90	135 454,50
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	22.2	45 471,50	45 471,50
Estado e outros entes públicos	22.5	734 767,30	655 861,39
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	1 844 935,88	1 902 432,17
Fornecedores de investimentos		6 526,24	0,00
Outras contas a pagar	22.6	6 622 433,15	6 297 709,54
Diferimentos	22.3	2 352 576,45	2 398 270,12
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		11 803 836,08	11 435 199,22
Total Passivo		19 614 334,55	21 054 186,22
Total Património Líquido e Passivo		334 396 768,79	322 093 588,65

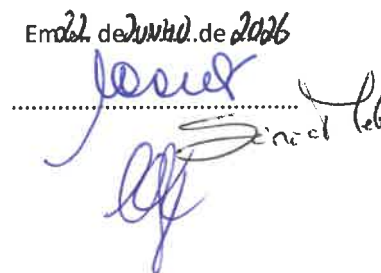
ORGÃO EXECUTIVO

Em 17 de Junho de 2026



ORGÃO DELIBERATIVO

Em 22 de Junho de 2026



4.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

Demonstração de resultados consolidado por natureza do período findo em 31 de Dezembro de 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO	
		31/12/2025	31/12/2024
Impostos, contribuições e taxas	22.9	56 406 595,24	47 070 306,47
Vendas	22.10	8 390 842,40	7 947 271,88
Prestações de serviços e concessões	22.10	6 830 188,21	6 663 451,11
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	22.16	3 709,80	83 465,12
Transferências e subsídios correntes obtidos	22.11	9 295 605,78	8 954 810,75
Variações nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-4 087 464,75	-3 809 202,14
Fornecimentos e serviços externos	22.14	-24 741 602,85	-21 768 357,75
Gastos com pessoal	19	-25 877 767,78	-24 800 571,63
Transferências e subsídios concedidos	22.13	-8 451 515,20	-8 428 248,80
Prestações sociais	22.13	0,00	-7 487,67
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	9	-59 698,59	16 329,29
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-683 242,63	-320 887,69
Provisões (aumentos/reduções)	15	-57 111,23	-847 756,62
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	22.12	5 052 645,53	3 374 171,03
Outros gastos	22.15	-3 859 668,92	-3 790 615,68
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		18 161 515,01	10 336 677,67
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5/8	-9 125 251,77	-8 625 203,30
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		9 036 263,24	1 711 474,37
Juros e rendimentos similares obtidos	22.17	0,00	40 880,03
Juros e gastos similares suportados	22.17	-305 050,72	-549 899,56
Resultado antes de impostos		8 731 212,52	1 202 454,84
Imposto sobre o rendimento		-54 038,60	-203 669,65
Resultado líquido do período		8 677 173,92	998 785,19
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe		0,00	0,00
Interesses que não controlam		0,00	0,00
		8 677 173,92	998 785,19

ORGÃO EXECUTIVO

Em 17 de Junho de 2026



ORGÃO DELIBERATIVO

Em 22 de Junho de 2026



4.3 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS CAIXA CONSOLIDADA

Demonstração dos fluxos de caixa consolidado do período findo em 31 de Dezembro de 2025

Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2025	31/12/2024
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		16 990 939,42	15 873 037,09
Recebimentos de contribuintes		49 497 156,28	39 279 484,94
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		9 372 316,66	7 875 019,22
Recebimentos de utentes		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-28 809 573,80	-23 464 342,62
Pagamentos ao pessoal		-17 347 894,90	-16 349 048,13
Pagamentos a contribuintes / Utes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-8 492 732,97	-8 871 629,15
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		21 210 210,69	14 342 521,35
Recebimento do imposto sobre o rendimento		-47 354,60	8 608,11
Pagamento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos		8 190 425,87	6 596 152,35
Outros pagamentos		-25 661 887,60	-21 388 605,00
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		3 691 394,36	-441 323,19
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-3 471 255,47	-15 774 176,78
Ativos intangíveis		-39 086,94	-123 653,71
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		3 701,18	72 234,74
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento		177 034,01	542 202,53
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		84 661,40	6 706 918,58
Transferências de capital		4 182 816,69	1 041 177,21
Juros e rendimentos similares		0,00	40 880,03
Dividendos		0,00	76 001,11
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		937 870,87	-7 418 416,29

Demonstração dos fluxos de caixa consolidado do período findo em 31 de Dezembro de 2025

Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-1 421 735,93	-1 883 686,22
Juros e gastos similares	-304 812,21	-549 886,67
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	-1 726 548,14	-2 433 572,89
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	2 903 339,87	-10 340 428,63
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	35 095 018,97	45 435 447,60
Caixa e seus equivalentes no fim do período	37 998 358,84	35 095 018,97
CONSOLIDAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DE GERÊNCIA		
Caixa e seus equivalentes no fim do período	35 095 018,97	45 435 447,60
- Equivalentes a caixa no início do período	-12 167 712,33	-4 611 718,16
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa	12 167 712,33	4 611 718,16
- Variações cambiais de caixa no início do período		
=saldo de gerência anterior	34 003 242,10	45 537 464,10
De execução orçamental	33 017 091,68	43 877 864,66
De operações de tesouraria	74 406,27	74 712,17
Caixa e seus equivalentes no fim do período	39 525 972,48	35 095 018,97
- Equivalentes a caixa no fim do período	-10 034 033,56	-12 167 712,33
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa	10 034 033,56	12 167 712,33
- Variações cambiais de caixa no fim do período		
=saldo de gerência seguinte	39 525 972,48	35 095 018,97
De execução orçamental	38 203 948,23	33 017 091,68
De operações de tesouraria	101 994,01	74 406,27

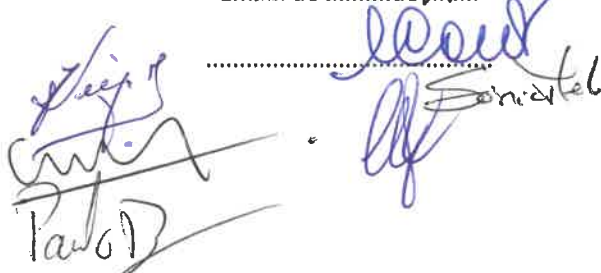
ORGÃO EXECUTIVO

Em 17 de Junho de 2026



ORGÃO DELIBERATIVO

Em 22 de Junho de 2026



4.4 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

Demonstração das Alterações no Património Líquido Consolidado do período findo em 31 de Dezembro de 2025

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedente de revalorização	Outras variações no CP	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
1		138 441 811,85	0,00	0,00	0,00	12 893 588,02	0,00	104 442 830,88	1 830 246,12	0,00	42 432 160,37	998 785,19	301 039 402,43	0,00	301 039 402,43
Alterações do período:															
Primeira adopção do referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-508 492,03	0,00	0,00	0,00	-474 496,09	0,00	-474 496,09
Diferenças de conversão de dem. financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do exced.revalor.AFT e AI		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exced.revalor.AFT e AI e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 481 412,01	0,00	4 481 412,01	0,00	4 481 412,01
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações/Transferência Resultados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 053 321,23	0,00	0,00	1 004 405,93	-998 785,19	1 058 941,97	0,00	1 058 941,97
Exerc. Anterior		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 053 321,23	-508 492,03	0,00	5 519 813,88	-998 785,19	5 065 857,89	0,00	5 065 857,89
Resultado líquido do período												8 677 173,92	8 677 173,92		8 677 173,92
3												7 678 388,73	13 743 031,81		13 743 031,81
4=2+3															
Operações com detentores de CP:															
Realizações de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	116 697,99	0,00	-116 697,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5		138 441 811,85	0,00	0,00	0,00	13 010 266,01	0,00	105 379 454,12	1 321 754,09	0,00	47 951 974,25	8 677 173,92	314 782 434,24	0,00	314 782 434,24
6=1+2+3+5	22.8														
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2025															

ORGÃO EXECUTIVO

Em 17 de Junho de 2026

.....

.....

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em 22 de Junho de 2026

.....

.....

.....

**4.5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS**

Nota 1 - Identificação das entidades, período de relato, referencial contabilístico

1.1 - Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

a) Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação:

Tipo de Entidade	Denominação	Sede	Percentagem de detenção de capital	Motivo de inclusão na consolidação
Entidade consolidante	Câmara Municipal de Lagos	Paços do Concelho Sec. XXI, Praça do Município, 8600 – 293 Lagos	Não aplicável	Lei nº 73/2013 - Autarquia local
Entidade consolidada	Lagos – Em – Forma – Gestão Desportiva, E.M, S.A	Complexo Desportivo Municipal 8600-324 Lagos	100%	Lei nº 73/2013 – Empresa Local detida a 100%

- Número de trabalhadores ao serviço, durante o exercício, repartido por categorias:

Câmara Municipal de Lagos

Carreiras	Total
Dirigentes	27
Técnicos Superiores	152
Assistentes Técnicos	298
Assistente Operacional	528
Informáticos	8
Polícia Municipal	10
Outros (Categorias Subsistentes)	7
Total	1030

Lagos – Em – Forma – Gestão Desportiva, E.M., S.A

Carreiras	Total
Técnicos Superiores	10
Assistentes Técnicos	30
Assistente Operacional	26
Total	66

b) Relativamente às entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Morada	Capital Social	Participação	% Controlo		Controlo Final	Motivo de exclusão na consolidação
					Direto	Indireto		
Lagos-Em-Forma - Gestão Desportiva, E.M,SA	Empresa municipal - Integrada na consolidação de contas	Complexo Desportivo Municipal 8600-324 Lagos	250 000,00	2 824 757,61	100%		Existe	
Águas do Algarve, S.A.	Participação minoritária registada pelo MEP	Rua do Repouso nº 10 8000-302 Faro	29 825 000,00	1 013 630,00	3,40%		Não Existe	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças
Algar, S.A.	Participação minoritária registada pelo método do custo	Rua Cândido Guerreiro nº 43 3ª Frt 8000-302 Faro	7 500 000,00	253 310,00	3,38%		Não Existe	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças
Centro de Ciência Viva de Lagos	Participação minoritária registada pelo MEP	Rua Dr. Faria e Silva, nº 34 8600 Lagos	50 579,79	26 483,78	33,33%		Não Existe	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças
Terras do Infante - Associação de Municípios	Participação minoritária registada pelo MEP	Edifício do Paços do Concelho, Séc. XXI Praça do Município, 8600 – 293 Lagos	743 360,65	324 000,05	33,33%		Não Existe	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças
Fundo de Apoio Municipal	Participação por realizar no capital social, registada de acordo com indicação	Rua Tenente Espanca, 20 1050-223 Lisboa	650 000 000,00	1 046 812,50	0,036%		Não Existe	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças

1.2 - Recursos humanos - identificação dos elementos responsáveis pela direção da entidade de cada entidade:

Câmara Municipal de Lagos

Estrutura	Nome	Período de Responsabilidade
Presidente	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira	01/01/2025 a 02/11/2025 03/11/2025 a 31/12/2025
Vereador com funções de Vice-Presidente	Paulo Jorge Correia dos Reis	01/01/2025 a 02/11/2025 03/11/2025 a 31/12/2025
Vereadora	Sara Maria Horta Nogueira Coelho	01/01/2025 a 02/11/2025 03/11/2025 a 31/12/2025
Vereador	Luis Alberto Bandarra dos Reis	01/01/2025 a 02/11/2025 03/11/2025 a 31/12/2025
Vereadora	Sandra Maria Almada de Oliveira	01/01/2025 a 02/11/2025
Vereador	Pedro Augusto Borges da Lima Palma Moreira	01/01/2025 a 02/11/2025
Vereador	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes	01/01/2025 a 02/11/2025
Vereador	Gilberto Repolho dos Reis Viegas	03/11/2025 a 31/12/2025
Vereador	Nuno Pedro dos Santos Borges Marques	03/11/2025 a 31/12/2025
Vereador	Paulo Jorge do Rosário Dias	03/11/2025 a 31/12/2025

Lagos – Em – Forma – Gestão Desportiva, E.M, S.A

Estrutura	Nome
Presidente do Conselho de Administração	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
Administrador Delegado	Paulo Alexandre Cota de Meneses Toste
Administrador não Executivo	Sara Maria Horta Nogueira Coelho

1.3 Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras apresentadas, foram preparadas em conformidade com o SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados.

Representam de forma fidedigna os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos, de acordo com o previsto no SNC-AP e nas NCP.

No quadro seguinte é sintetizado o grau de implementação do SNC-AP:

Norma	Estado
NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras	Aplicada
NCP 2 - Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros	Aplicada
NCP 3 - Ativos Intangíveis	Aplicada
NCP 4 - Acordos de Concessão de Serviços: Concedente	Aplicada
NCP 5 - Ativos Fixos Tangíveis	Aplicada
NCP 6 - Locações	Aplicada
NCP 7 - Custos de Empréstimos Obtidos	Aplicada
NCP 8 - Propriedades de Investimento	Aplicada
NCP 9 - Imparidade de Ativos	Aplicada
NCP 10 - Inventários	Aplicada
NCP 11 - Agricultura	Não Aplicada
NCP 12 - Contratos de Construção	Aplicada
NCP 13 - Rendimento de Transações com Contraprestação	Aplicada
NCP 14 - Rendimento de Transações sem Contraprestação	Aplicada
NCP 15 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Aplicada
NCP 16 - Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio	Aplicada
NCP 17 - Acontecimentos Após a Data de Relato	Aplicada
NCP 18 - Instrumentos Financeiros	Aplicada
NCP 19 - Benefícios dos Empregados	Aplicada
NCP 20 - Divulgações de Partes Relacionadas	Aplicada

Norma	Estado
NCP 21 - Demonstrações Financeiras Separadas	Aplicada
NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Aplicada
NCP 23 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos	Aplicada
NCP 24 - Acordos Conjuntos	Aplicada
NCP 25 - Relato por Segmentos	Aplicada
NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental	Aplicada
NCP 27 - Contabilidade de Gestão	Aplicada

De acordo com o referencial contabilístico, divulga-se informação referente às quantias disponíveis em caixa e depósitos:

Conta	2025	2024
Caixa	25 863,39	51 022,88
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	29 466 075,53	22 876 283,76
Outros depósitos	-	-
Depósitos a prazo	-	-
Depósitos consignados	10 034 033,56	12 167 712,33
Total	39 525 972,48	35 095 018,97

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras consolidadas são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas. Sempre que possível e quando relevante, é apresentada informação comparativa com respeito ao período anterior.

A consistência das demonstrações financeiras procura ser efetuada tanto ao nível dos movimentos contabilísticos e políticas contabilísticas, como também pela apresentação e divulgação.

Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras, os itens de natureza ou função dissemelhante são apresentados separadamente, exceto quando imateriais.

Tanto os ativos e passivos, como os rendimentos e gastos, não são sujeitos a compensação, exceto quando exigível por aplicação de uma NCP.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos, são registados na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os ativos intangíveis com vida útil finita, são depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade, sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade. Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual, são revistos no final de cada ano, e os efeitos dessas possíveis alterações são tratados como alterações de estimativas, de forma prospetiva.

A imparidade dos ativos intangíveis, é calculada com os mesmos critérios descritos no ponto anterior, relativamente aos ativos fixos tangíveis. As taxas de amortização têm em conta a depreciação do ativo durante a sua vida útil esperada.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, incluem bens do domínio público e privado, utilizados na atividade municipal, prestação de serviços ou no uso administrativo, e são registados ao custo de aquisição, o qual inclui não só o custo de compra, mas também eventuais custos necessários para colocar os ativos operacionais.

As depreciações são calculadas, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, de acordo com a finalidade pretendida, pelo método das quotas constantes, e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e de acordo com as regras estabelecidas no Classificador Complementar 2, incluído no Plano de Contas Multidimensional do SNC-AP, mantendo-se a vida útil dos bens adquiridos previamente à entrada em vigor do SNC-AP nos termos definidos na Portaria 671/2000, de 17 de abril (CIBE), exceto para edifícios e outras construções.

Os terrenos não são amortizáveis.

Os bens adquiridos em regime de locação financeira, são depreciados utilizando as mesmas taxas dos restantes ativos fixos, ou seja, tendo por base a respetiva vida útil dos mesmos.

O valor residual considerado é nulo, pelo que o valor depreciável, sobre o qual incidem as amortizações, corresponde ao respetivo custo de aquisição. O gasto com depreciações é reconhecido na Demonstração de Resultados, na rubrica de Gastos de Depreciação e Amortização. Os gastos de reparação e manutenção, são considerados como gastos no período em que ocorrem.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um bem (calculado como a diferença entre o valor de venda, menos os custos da venda e o valor contabilístico), é incluído no resultado do exercício, no ano em que o ativo é desreconhecido.

De acordo com o estabelecido no manual de implementação do SNC-AP, o justo valor dos imóveis do domínio privado é o seu Valor Patrimonial Tributário.

Os bens recebidos no âmbito de operações urbanísticas, quando identificado o seu justo valor, é considerado esse montante na definição da mensuração inicial, sendo rendimento imputado ao exercício económico em que o bem é recebido.

Por não se considerarem materialmente relevantes e respeitando as notas explicativas ao plano de contas multidimensional, as aquisições de bens de valor unitário inferior a 100 euros são consideradas como gasto do exercício.

Incluem-se em Ativos Fixos tangíveis, os bens titulados pela autarquia, mas cedidos a terceiros em comodato ou direito de superfície, dado que a autarquia mantém o controlo quanto ao seu uso.

Os bens concessionados a terceiros, como os referentes à rede de iluminação pública e saneamento de águas residuais, são considerados ativos fixos tangíveis, por aplicação dos critérios de reconhecimento da NCP 4.

Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, são bens com duração superior a um ano, que se destinam a obter rendas e ou valorização do capital investido.

Considera-se apenas que um ativo é propriedade de investimento, quando gera fluxos de caixa largamente independentes dos outros ativos detidos pela autarquia.

Os imóveis detidos para arrendamento social, estão reconhecidos como ativos fixos tangíveis, por terem uma função social.

O critério de mensuração inicial e subsequente é idêntico ao dos ativos fixos tangíveis.

Investimentos financeiros

As participações em entidades são reconhecidas inicialmente pelo custo.

As participações onde exista influência dominante ou significativa são reconhecidas posteriormente pelo método da equivalência patrimonial.

São anualmente calculadas as imparidades referentes às participações e refletido o eventual ajustamento de imparidade no resultado do período.

Não existem participações em entidades registadas pelo justo valor.

Diferimentos

Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de Diferimentos do Passivo e do Ativo, respetivamente.

Cientes, contribuintes e utentes, e outras contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade.

Encontra-se refletido na rubrica de outras contas a receber, os acréscimos de rendimentos que são reconhecimentos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos.

Tem especial relevo na rubrica de outras contas a receber o acréscimo de rendimentos relacionado com a especialização do Imposto Municipal s/Imóveis e Derrama cuja liquidação ocorre no exercício económico seguinte, mas referente ao imposto do ano corrente.

A imparidade das contas a receber, incluindo clientes, contribuintes e utentes, é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Encontram-se evidenciados em inventários os bens destinados a ser utilizados na prestação de serviços da autarquia e bens destinados a venda no ciclo normal da atividade.

Anualmente são apuradas imparidades para bens cujo valor realizável é inferior ao custo, ou quando o bem não se encontra nas condições esperadas para a sua utilização na prestação de serviços.

Contratos de construção

Quando a autarquia é contratada para construir equipamentos para a entidade contratante, reconhece os rendimentos desse contrato em função da execução física da respetiva obra, efetuando os respetivos diferimentos ou acréscimos de rendimentos.

Se a autarquia estabelecer um protocolo que implique um subsídio para a totalidade da construção de um equipamento que será titulado pela entidade concedente do subsídio, reconhece esse protocolo como contrato de construção nos termos do parágrafo anterior.

Sempre que um contrato de construção se verifique como oneroso é registada a respetiva provisão.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo ou custo amortizado. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial os financiamentos são reconhecidos no passivo, pelo valor nominal recebido e líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui encargos financeiros, e calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

A conta inclui também os financiamentos relativos a locações financeiras, os quais estão registados ao custo.

Os contratos de locação financeira são classificados como:

- Locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.
- A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância e não da forma do contrato.
- Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo-se no Balanço o ativo adquirido e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual.
- Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas, e a valorização das propriedades de investimento ou as amortizações do imobilizado corpóreo, são reconhecidos na Demonstração de Resultados do exercício a que respeitam.

Os juros de empréstimos destinados ao financiamento de empreitadas são considerados como custo do ativo fixo tangível enquanto decorre a obra, enquanto a mesma decorre dentro do período normal calendarizado.

Fornecedores, Fornecedores de investimentos e outras contas a pagar

Os saldos incluídos nestas rubricas apenas quando a autarquia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, sendo os mesmos mensurados pelo custo ou custo amortizado.

Encontram-se também refletidos na rubrica de outras contas a pagar saldos referentes a acréscimos de gastos.

Provisões

São constituídas provisões para fazer face a obrigações presentes resultantes de acontecimentos já ocorridos, sendo provável um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação.

As provisões constituídas correspondem essencialmente a processos judiciais e apuradas com base em relatório dos advogados do município responsáveis pelas ações judiciais, que definem o valor esperado da ação e dão a sua opinião quanto à probabilidade de desfecho desfavorável para a autarquia.

Outras variações de capitais próprios

Inclui-se nesta rubrica essencialmente o reconhecimento de subsídios ao investimento e das verbas atribuídas como capital pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro (apenas após 2020), referentes a investimento já concluído e que são reconhecidos em resultados na medida em que se deprecia o bem para o quase se destinou o apoio.

Rendimentos

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços e dos subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração de Resultados, com referência à data da prestação de serviços e, à data do Balanço, são reconhecidos líquidos de impostos, de descontos e de outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os juros e ganhos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

O rendimento de impostos e taxas municipais é reconhecido na data em que o direito é adquirido e quando é possível realizar estimativa fiável do mesmo.

Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos trabalhadores e membros dos órgãos autárquicos, independentemente da data do seu pagamento.

De acordo com a legislação laboral em vigor, os trabalhadores na sua generalidade, têm direito a férias e subsídio de férias, no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado.

Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte. Este montante foi reconhecido na rubrica Outras Contas a Pagar na subrubrica de Remunerações a Liquidar.

Juros e gastos similares

Os gastos com financiamento são reconhecidos na Demonstração de Resultados do período a que respeitam, e incluem os juros suportados com esses financiamentos, exceto quando o financiamento se destine a obras ainda em curso.

Subsídios e transferências correntes

Os subsídios e transferências obtidas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que venham a ser recebido e de que a autarquia cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos na rubrica Outras variações no património líquido, são transferidos numa base sistemática para resultados, à medida que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração e transferências correntes destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento.

Pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade, não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível da sua atividade.

Nota 3 - Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente diversos projetos de desenvolvimento e programas informáticos diferenciados do computador.

A amortização dos ativos intangíveis é realizada pelo método da linha reta.

No quadro seguinte resumem-se as variações ocorridas:

AI - ATIVOS INTANGÍVEIS - QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Reval.	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	diminuições	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	217 840,44	24 363,84	-	-	-	-	-114 508,05	-	-	127 696,23
Propriedade Industrial e Intelectual	25 000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	25 000,00
Outros	10 924,26	-	-	-	-	-	-309,24	-	-	10 615,02
Ativos intangíveis em curso	51 666,02	2 100,00	-	-	-	-	-	-	-	53 766,02
total	305 430,72	26 463,84	-	-	-	-	-114 817,29	-	-	217 077,27

Detalham-se nos quadros seguintes as adições e diminuições ocorridas em ativos intangíveis:

AI-A - Ativos Intangíveis desagregação das Adições

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	-	18 982,59	-	-	-	-	-	-	5 381,25	24 363,84
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	2 100,00	2 100,00
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
total	-	18 982,59	-	-	-	-	-	-	7 481,25	26 463,84

AI-D - Ativos Intangíveis desagregação das Diminuições

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
ATIVOS INTANGÍVEIS					
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	-	-	-	-	-
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-
total	-	-	-	-	-

O quadro seguinte detalha a variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas:

AI- Ativos Intangíveis variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	497 199,80	497 199,80	-	-	497 199,80	497 199,80	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	2 462 882,07	2 245 041,63	-	217 840,44	2 495 557,54	2 367 861,31	-	127 696,23
Propriedade industrial e intelectual	25 000,00	-	-	25 000,00	25 000,00	-	-	25 000,00
Outros	11 516,97	592,71	-	10 924,26	11 516,97	901,95	-	10 615,02
Ativos intangíveis em curso	51 666,02	-	-	51 666,02	53 766,02	-	-	53 766,02
total	3 048 264,86	2 742 834,14	-	305 430,72	3 083 040,33	2 865 963,06	-	217 077,27

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontra-se descrito o contrato de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, há sim lugar a recebimentos.

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão	E-REDES - Distribuição Energia, S.A		20 Anos				

Pela aplicação da NCP 4 deveria ser reconhecido como ativos de concessão os equipamentos/bens relativos à Rede de Baixa Tensão e Iluminação Pública geridos atualmente pela E-REDES - Distribuição Energia, S.A.

Os equipamentos/bens, referidos anteriormente, são nos termos do contrato de concessão geridos, construídos ou instalados pela E-REDES - Distribuição Energia, S.A mediante uma renda de exploração – rendimentos.

À data, embora a entidade E-REDES – Distribuição de Energia, S.A. tenha disponibilizado aos serviços municipais alguma informação sobre o desenvolvimento da concessão, essa informação revela-se insuficientemente detalhada e atualizada no que respeita a cada um dos ativos (equipamentos/bens) afetos à referida concessão e às respetivas vidas úteis. Esta limitação impede o adequado reconhecimento ou desreconhecimento, bem como a correta mensuração desses ativos e dos correspondentes subsídios ou entregas de terceiros.

Em particular, não se encontra disponível uma identificação clara e detalhada dos ativos, seja de forma individual ou agrupada (quando partilham a mesma natureza e vida útil), nem, quando aplicável, a respetiva vida útil remanescente. Além disso, não é feita a devida distinção entre os ativos adquiridos, construídos ou melhorados pelo concessionário e aqueles adquiridos pelo concedente e já reconhecidos por este, nem é assegurada a sua monitorização de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis.

Perante este contexto, e de acordo com a Orientação Técnica n.º 1 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), conclui-se que não se encontram reunidos os critérios necessários para o reconhecimento dos referidos bens como Ativos Fixos Tangíveis no âmbito do Município.

E-REDES - Distribuição de Eletricidade, S.A.

Divulgação aos municípios para efeito da aplicação da NCP 4 - Acordos de Concessão de Serviços

1 - Informação disponibilizada

A E-REDES tem vindo a disponibilizar aos municípios, para aplicação da NCP 4, informação idêntica à que é reportada à ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, a qual é preparada anualmente e auditada pelo Revisor Oficial de Contas da empresa.

Esse reporte contém a valorização contabilística dos ativos da concessão de baixa tensão, agregada por natureza de ativo, separando a informação dos imobilizados já totalmente amortizados e dos imobilizados ainda em amortização, e inclui 3 quadros distintos:

- o primeiro contém os valores de aquisição brutos, quer de investimento quer de subsídios ao investimento ou participações financeiras recebidas;
- o segundo contém as amortizações acumuladas das 2 componentes antes referidas;
- o terceiro indica o valor líquido contabilístico dos ativos, ou seja, valores de aquisição deduzidos das amortizações acumuladas.

Adicionalmente, a E-REDES tem vindo também a disponibilizar informação detalhada por grupos homogêneos, em formato que entendemos estar de acordo com as necessidades dos municípios para aplicação da NCP 4.

A informação referente ao ano de 2024 está disponível para consulta através do canal digital "Área Reservada das Autarquias" (<https://autarquia.e-redes.pt/>) desde o final de maio de 2025. A informação em causa encontra-se na seção de documentos, em formato Excel para download, com o título "Imobilizado líquido técnico específico, 2024 - NCP4".

Quanto à informação de 2025, informamos que esta informação está a ser preparada e será disponibilizada na área acima referida após conclusão do processo de certificação das contas reguladas da E-REDES, previsivelmente até ao final do mês de maio do ano corrente.

Em anos anteriores alguns municípios solicitaram o envio de informação ainda provisória e não auditada, pelo que enviamos nas folhas seguintes a informação relativa ao ano de 2025, a qual poderá ser diferente dos valores finais a reportar.

2 - Valor de resgate ou indemnização dos ativos da concessão BT

A E-REDES informa que o valor contabilístico dos ativos da concessão BT na data da sua conclusão (valor de resgate ou de indemnização) é o que se apresenta de seguida, sublinhando, no entanto, que, em caso de hipotético resgate da concessão, esse valor deverá ter em conta o valor líquido do património da empresa afeto à exploração da rede de baixa tensão.

Com efeito, o cálculo do valor efetivo da indemnização a pagar, no caso de um eventual resgate, poderá ainda ter em consideração outros ativos, de âmbito supramunicipal, não considerados no valor acima indicado, que servem diversas concessões, de acordo com metodologias que, à data, não estão definidas legal ou regulamentarmente, e que pressupõem todo um conjunto de dados que só serão determinados com rigor à data do cálculo.

Valor de resgate ou indemnização = 4866311 Euros

3 - Vidas úteis máximas dos ativos da concessão BT

Por fim, a E-REDES via a informação das vidas úteis máximas de acordo com os ativos complexos do mapa de reporte dos ativos da concessão:

Específico em BT	Vida Útil máxima (anos)
Postos Transformação e Seccionamento	30
Redes aéreas	25
Redes subterrâneas	25
Chegadas aéreas	25
Chegadas subterrâneas	25
Contadores e acessórios	10
Contadores	10
Outro equipamento	10
Equipamentos Acessórios e Outros	NA
Iluminação pública	25
Eq. Telegestão Energia EDP Box	10

Quadro Concessões BT - Imobilizado Bruto

DDCC

0807 Faro - Lagos

Ano de 2025

Rubricas	Imobilizado em exploração		Subsídios ao investimento		Subsídios ao investimento		Saldo Final		Unidade: euros
	Totalmente amortizado	Em amortização	Valor bruto total	Totalmente amortizado	Em amortização	Subsídios ao investimento total	Valor bruto	Subsídios/ Participações	
Imobilizado Intangível Regulado	14 185 376,54	21 012 183,24	35 197 559,78	6 013 606,19	11 343 323,18	17 356 929,37	35 197 559,78	17 356 929,37	17 840 630,41
Imobilizado Intangível Regulado aceite	12 864 749,23	19 201 266,52	32 066 015,75	5 248 692,58	11 308 914,46	16 557 597,04	32 066 015,75	16 557 597,04	15 508 416,71
Imobilizado Intangível Regulado não aceite	1 320 627,31	1 810 916,72	3 131 544,03	764 923,61	34 408,72	799 332,33	3 131 544,03	799 332,33	2 332 211,70
Específico em BT	14 185 376,54	21 012 183,24	35 197 559,78	6 013 606,19	11 343 323,18	17 356 929,37	35 197 559,78	17 356 929,37	17 840 630,41
Postos Transformação e Seccionamento	5 913 570,22	3 759 512,09	9 673 082,31	819 606,62	1 679 646,37	2 599 254,99	9 673 082,31	2 599 254,99	7 073 827,32
Redes aéreas	993 590,35	2 097 543,55	3 091 133,90	672 863,73	621 370,94	1 294 234,67	3 091 133,90	1 294 234,67	1 786 699,23
Redes subterrâneas	2 974 749,11	4 462 190,21	7 436 939,32	1 795 936,48	3 352 638,84	5 148 575,32	7 436 939,32	5 148 575,32	2 288 364,00
Chegadas aéreas	366 244,84	186 838,83	553 083,77	199 446,38	128 174,50	327 620,88	553 083,77	327 620,88	225 462,89
Chegadas subterrâneas	603 185,39	2 560 694,16	3 163 879,55	478 692,26	2 192 030,38	2 660 722,64	3 163 879,55	2 660 722,64	503 156,91
Contadores e acessórios	1 891 271,60	305 001,73	2 196 273,33	940 093,00	32 475,21	972 568,21	2 196 273,33	972 568,21	1 223 705,12
Contadores	1 292 676,69	82 429,85	1 375 106,54	764 923,61	31 787,31	796 710,92	1 375 106,54	796 710,92	578 395,62
Outro equipamento	598 594,91	222 571,88	821 166,79	175 169,39	687,90	175 857,29	821 166,79	175 857,29	645 305,50
Equipamentos Acessórios e Outros**	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Iluminação pública	1 414 699,50	5 911 915,70	7 326 615,20	1 006 967,72	3 344 363,53	4 351 331,25	7 326 615,20	4 351 331,25	2 975 284
Terrenos e Recursos Naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado até 01.01.2015)	394,93	-	394,93	-	-	-	394,93	-	394,93
Outras Funcionalidades	114,91	-	114,91	-	-	-	115	-	115
Função Medição	280,02	-	280,02	-	-	-	280	-	280
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado após 01.01.2015) ¹⁾	27 670,60	1 728 486,87	1 756 157,47	-	2 621,41	2 621,41	1 756 157	2 621	1 763 536
Outro Especifico não aceite em BT para além dos equipamentos de medição e das EDP Box instaladas após 01.01.2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Postos Transformação e Seccionamento (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Aéreas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Subterrâneas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chegadas Aéreas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chegadas Subterrâneas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outro equipamento de medição (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamentos Acessórios e Outros (não aceite)**	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Iluminação pública (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos e Recursos Naturais (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Especifico em BT aceite	12 864 749,23	19 201 266,52	32 066 015,75	5 248 692,58	11 308 914,46	16 557 597,04	32 066 015,75	16 557 597,04	15 508 416,71
Total Especifico em BT não aceite	1 320 627,31	1 810 916,72	3 131 544,03	764 923,61	34 408,72	799 332,33	3 131 544,03	799 332,33	2 332 211,70
TOTAL Regulado (inclui valor residual das concessões)	14 185 376,54	21 012 183,24	35 197 559,78	6 013 606,19	11 343 323,18	17 356 929,37	35 197 559,78	17 356 929,37	17 840 630,41
TOTAL E- REDES (inclui valor residual das concessões)	14 185 376,54	21 012 183,24	35 197 559,78	6 013 606,19	11 343 323,18	17 356 929,37	35 197 559,78	17 356 929,37	17 840 630,41

Quadro Concessões BT - Amortização dos Imobilizados

DDCC

0807 Faro - Lagos

Ano de 2025

Rubricas	Amortização das imobilizados em exploração			Amortizações dos subsídios ao investimento			Saldo Final		
	Totalmente amortizado	Em amortização	Valor bruto total	Totalmente amortizado	Em amortização	Subsídios ao investimento total	Valor bruto	Subsídios/Comparticipações	Valor líquido
Imobilizado Intangível Regulado									
Imobilizado Intangível Regulado aceite	14 185 376,54	9 469 530,12	23 654 906,66	6 013 606,19	5 583 671,21	11 597 277,40	23 654 906,66	11 597 277,40	12 057 629,26
Imobilizado Intangível Regulado não aceite	12 864 749,23	8 676 195,71	21 540 944,94	5 248 682,58	5 578 653,01	10 827 335,59	21 540 944,94	10 827 335,59	10 713 609,35
	1 320 627,31	793 334,41	2 113 961,72	764 923,61	5 018,20	768 941,81	2 113 961,72	768 941,81	1 344 019,91
Especifico em BT									
Postos Transformação e Seccionamento	14 185 376,54	9 469 530,12	23 654 906,66	6 013 606,19	5 583 671,21	11 597 277,40	23 654 906,66	11 597 277,40	12 057 629,26
Redes aéreas	5 913 570,22	1 730 073,59	7 643 643,81	919 606,62	842 619,10	1 762 225,72	7 643 643,81	1 762 225,72	5 881 418,09
Redes subterrâneas	993 590,35	820 702,33	1 814 292,68	672 863,73	226 037,32	888 901,05	1 814 292,68	888 901,05	915 391,63
Chegadas aéreas	2 874 749,11	2 081 389,70	5 056 115,81	1 795 936,48	1 669 337,29	3 465 273,77	5 056 115,81	3 465 273,77	1 590 842,04
Chegadas subterrâneas	366 244,84	86 061,46	452 306,30	199 446,38	72 563,19	272 009,57	452 306,30	272 009,57	180 296,73
Contadores e acessórios	803 185,39	1 335 594,65	1 939 780,04	478 692,26	1 190 683,20	1 669 375,46	1 939 780,04	1 669 375,46	270 404,58
Contadores	1 991 271,60	158 978,42	2 048 250,02	940 093,00	4 225,11	944 318,11	2 048 250,02	944 318,11	1 103 931,91
Outro equipamento	1 292 676,69	38 115,23	1 328 791,92	764 923,61	3 973,24	768 896,85	1 328 791,92	768 896,85	559 895,07
Equipamentos Acessórios e Outros**	598 594,91	120 863,19	719 458,10	175 169,38	251,67	175 421,05	719 458,10	175 421,05	544 036,84
Equipamentos Acessórios e Outros**									
Iluminação pública	1 414 699,50	2 500 533,79	3 915 233,29	1 006 967,72	1 577 161,04	2 584 128,76	3 915 233,29	2 584 128,76	1 331 105
Terrenos e Recursos Naturais									
Edifícios e outras construções									
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado até 01.01.2015)	394,93	-	394,93	-	-	-	394,93	-	394,93
Outras Funcionalidades	114,91	-	114,91	-	-	-	115	-	115
Função Medição	280,02	-	280,02	-	-	-	280	-	280
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado após 01.01.2015)	27 670,60	757 219,18	784 889,78	-	1 044,96	1 044,96	784 890	1 045	783 845
Outro Especifico não aceite em BT para além dos equipamentos de medição e das EDP Box instaladas após 01.01.2015									
Postos Transformação e Seccionamento (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Aéreas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Subterrâneas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chegadas Aéreas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chegadas Subterrâneas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outro equipamento de medição (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamentos Acessórios e Outros (não aceite)**	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Iluminação pública (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos e Recursos Naturais (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Especifico em BT aceite	12 864 749,23	8 676 195,71	21 540 944,94	5 248 682,58	5 578 653,01	10 827 335,59	21 540 944,94	10 827 335,59	10 713 609,35
Total Especifico em BT não aceite	1 320 627,31	793 334,41	2 113 961,72	764 923,61	5 018,20	768 941,81	2 113 961,72	768 941,81	1 344 019,91
TOTAL Regulado (inclui valor residual das concessões)	14 185 376,54	9 469 530,12	23 654 906,66	6 013 606,19	5 583 671,21	11 597 277,40	23 654 906,66	11 597 277,40	12 057 629,26
TOTAL E- REDES (inclui valor residual das concessões)	14 185 376,54	9 469 530,12	23 654 906,66	6 013 606,19	5 583 671,21	11 597 277,40	23 654 906,66	11 597 277,40	12 057 629,26

Quadro Concessões BT - Valor Líquido Contabilístico dos Imobilizados

DDCC

0807 Faro - Lagos

Ano de 2025

Rubricas	Amortização dos imobilizados em exploração			Amortizações dos subsídios ao investimento			Saldo Final		Unidade: euros
	Totalmente amortizado	Em amortização	Valor bruto total	Totalmente amortizado	Em amortização	Subsídios ao investimento total	Valor bruto	Subsídios/ Participações	Valor líquido
Imobilizado Intangível Regulado	-	11 542 653,12	11 542 653,12	-	5 759 651,97	5 759 651,97	11 542 653,12	5 759 651,97	5 783 001,15
Imobilizado Intangível Regulado aceite	-	10 525 070,81	10 525 070,81	-	5 730 261,45	5 730 261,45	10 525 070,81	5 730 261,45	4 794 809,36
Imobilizado Intangível Regulado não aceite	-	1 017 582,31	1 017 582,31	-	29 390,52	29 390,52	1 017 582,31	29 390,52	988 191,79
Específico em BT	-	11 542 653,12	11 542 653,12	-	5 759 651,97	5 759 651,97	11 542 653,12	5 759 651,97	5 783 001,15
Postos Transformação e Seccionamento	-	2 029 438,50	2 029 438,50	-	837 029,27	837 029,27	2 029 438,50	837 029,27	1 192 409,23
Redes aéreas	-	1 276 841,22	1 276 841,22	-	395 333,62	395 333,62	1 276 841,22	395 333,62	881 507,60
Redes subterrâneas	-	2 380 823,51	2 380 823,51	-	1 683 301,55	1 683 301,55	2 380 823,51	1 683 301,55	697 521,96
Chegadas aéreas	-	100 777,47	100 777,47	-	55 611,31	55 611,31	100 777,47	55 611,31	45 166,16
Chegadas subterrâneas	-	1 224 099,51	1 224 099,51	-	991 347,18	991 347,18	1 224 099,51	991 347,18	232 752,33
Contadores e acessórios	-	148 023,31	148 023,31	-	28 250,10	28 250,10	148 023,31	28 250,10	119 773,21
Contadores	-	46 314,62	46 314,62	-	27 814,07	27 814,07	46 314,62	27 814,07	18 500,55
Outro equipamento	-	101 708,69	101 708,69	-	436,03	436,03	101 708,69	436,03	101 272,66
Equipamentos Acessórios e Outros**	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Iluminação pública	-	3 411 381,91	3 411 381,91	-	1 767 202,49	1 767 202,49	3 411 381,91	1 767 202,49	1 644 179,42
Terrenos e Recursos Naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado até 01.01.2015)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Funcionalidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Função Medição	-	971 267,69	971 267,69	-	1 576,45	1 576,45	971 267,69	1 576,45	969 691,24
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado após 01.01.2015(a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outro Específico não aceite em BT para além dos equipamentos de medição e das EDP Box instaladas após 01.01.2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Postos Transformação e Seccionamento (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Aéreas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Subterrâneas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chegadas Aéreas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chegadas Subterrâneas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outro equipamento de medição (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamentos Acessórios e Outros (não aceite)**	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Iluminação pública (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos e Recursos Naturais (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Específico em BT aceite	-	10 525 070,81	10 525 070,81	-	5 730 261,45	5 730 261,45	10 525 070,81	5 730 261,45	4 794 809,36
Total Específico em BT não aceite	-	1 017 582,31	1 017 582,31	-	29 390,52	29 390,52	1 017 582,31	29 390,52	988 191,79
TOTAL Regulado (inclui valor residual das concessões)	-	11 542 653,12	11 542 653,12	-	5 759 651,97	5 759 651,97	11 542 653,12	5 759 651,97	5 783 001,15
TOTAL E- REDES (inclui valor residual das concessões)	-	11 542 653,12	11 542 653,12	-	5 759 651,97	5 759 651,97	11 542 653,12	5 759 651,97	5 783 001,15

Nota 5 - Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados de acordo com o Plano de Contas Multidimensional, designadamente na conta 43 – Ativos Fixos Tangíveis, a qual integra, entre outros, as despesas com benfeitorias e grandes reparações que, pela sua natureza, devam ser acrescidas ao valor dos ativos não correntes a que respeitam. Esta conta inclui, igualmente, os bens do domínio público afetos ao fornecimento de bens e serviços, bem como os elementos do património histórico, artístico e cultural e, ainda, as infraestruturas, após o respetivo reconhecimento e mensuração em conformidade com a Norma de Contabilidade Pública (NCP) aplicável.

Durante o exercício de 2025, para além do registo das aquisições, abates, benfeitorias e grandes reparações, prosseguiu o trabalho de regularização, valorização e consolidação do cadastro patrimonial do Município.

Desde a entrada em vigor do SNC-AP, os serviços municipais têm vindo a desenvolver, de forma contínua e faseada, um conjunto abrangente de procedimentos de levantamento, identificação, inventariação, reconciliação físico-contabilística, reconhecimento e mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis, abrangendo quer os bens do domínio público, quer os do domínio privado, em conformidade com os critérios estabelecidos na NCP 5.

Estes trabalhos têm incidido, nomeadamente, sobre:

- A identificação e verificação física dos bens, com vista à confirmação da sua existência, localização, afetação e estado de conservação, assegurando o cumprimento do princípio do controlo do ativo;
- A análise dos critérios de reconhecimento, garantindo que os bens identificados cumprem cumulativamente as condições previstas na NCP 5, designadamente a existência de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e a fiabilidade da respetiva mensuração;
- A mensuração inicial dos ativos, com base no custo de aquisição ou de produção sempre que disponível e fiável, ou, na sua ausência, mediante a aplicação de critérios alternativos de valorização, como o justo valor ou valores estimados, devidamente fundamentados;
- A regularização e atualização dos registos contabilísticos, incluindo a correção de omissões, duplicações e outras incorreções, assegurando a consistência entre o inventário físico e os registos contabilísticos;
- A adequada classificação dos ativos por categorias e subclasses, distinguindo, designadamente, entre bens do domínio público, domínio privado e ativos em curso;
- A avaliação das vidas úteis e dos métodos de depreciação, quando aplicável, em conformidade com a natureza dos bens e com o normativo da NCP 5, garantindo uma adequada mensuração subsequente do consumo do potencial de serviço.

Os procedimentos descritos são suportados por documentação técnica e administrativa relevante, incluindo fichas de inventário, mapas de reconciliação físico-contabilística, relatórios internos, cadernetas prediais, certidões permanentes prediais, elementos de valorização e demais documentos comprovativos, os quais se encontram devidamente organizados e disponíveis para efeitos de controlo e verificação.

No que respeita aos bens imóveis, sempre que necessário, tem vindo a ser promovida a atualização dos respetivos registos junto da conservatória do registo predial, bem como das cadernetas prediais na Autoridade Tributária, garantindo a conformidade legal, patrimonial e fiscal.

Paralelamente, encontra-se em fase de elaboração o Regulamento do Património Imobiliário do Município de Lagos e o Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal, os quais visam sistematizar e formalizar os procedimentos em curso, assegurar a uniformização de critérios, reforçar os mecanismos de controlo interno e garantir a plena conformidade com a NCP 5 e restante enquadramento legal aplicável.

A complexidade e morosidade deste processo decorrem, em grande medida, da elevada quantidade e diversidade de bens que integram o ativo fixo tangível, bem como da insuficiência ou inexistência de informação relativa a alguns ativos, em particular no que se refere aos bens do domínio público, sobre os quais nem sempre existe um controlo integral. Este contexto tem exigido um esforço técnico e organizacional significativo, sendo expectável que a fiabilidade e completude dos registos patrimoniais venham a ser progressivamente reforçadas à medida que os trabalhos de reconciliação evoluem.

Atualmente, encontram-se identificados e tratados contabilisticamente 77.575 bens, evidenciando o esforço desenvolvido desde a entrada em vigor do SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, em particular no âmbito da aplicação da NCP 5.

Tratamento contabilístico nos anos de 2020 a 2025	
Acréscimo de vida útil e consequente atualização de taxa de amortização	5 930
Decréscimo de vida útil e consequente atualização de taxa de amortização	1 248
Cedência de terrenos para Domínio Público - nº3 do art.º46º do CIMI	1 530
Correção/atualização de fichas sem alterações de valor	765
Correção do valor atual/aquisição	284
Reclassificação contabilística de acordo com Classificador Complementar 2	465
Reclassificação contabilística de terrenos e Direito de Superfície	160
Abate de ativos (valor < a 100€)	67 134
Reclassificação contabilística de terrenos	4
Registo predial na conservatória e autoridade tributária	55
Total	77 575

Os ativos fixos tangíveis da conta consolidada apresentam uma natureza diversificada, integrando, entre outros, terrenos, edifícios e outras construções, equipamento básico, equipamento de transporte, equipamento administrativo e ativos biológicos. Destacam-se, pela sua relevância, os bens do domínio público, que constituem a principal componente desta rubrica, nomeadamente infraestruturas rodoviárias, sistemas de saneamento de águas residuais, sistemas de abastecimento de água, redes de comunicações, património histórico, artístico e cultural, parques de estacionamento, cemitérios, bem como terrenos abrangidos por instrumentos de gestão territorial com capacidade construtiva, solo rural e outros recursos naturais.

Nos quadros seguintes resumem-se:

- Ativos tangíveis-quantia escriturada e variações do período;
- Ativos tangíveis-adições;
- Ativos tangíveis-diminuições;
- Ativos tangíveis-variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

AFT - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações no período							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências Internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por	Perdas por imparidade	Depredações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	19 490 817,07	193 960,73	-	-	-	-	-	-	19 684 777,80
Edifícios e outras construções	10 221 409,90	537,26	183 001,85	-	-	-	423 962,61	-	9 980 986,40
Infraestruturas	48 131 011,90	21 059,18	1 789 278,98	-	-	-	2 626 240,11	-	47 315 109,95
Património histórico, artístico e cultural	959 883,40	356 533,41	-	-	-	-	3 475,44	-	1 312 941,37
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bens de domínio público em curso									
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	57 762 816,00	97 818,50	-	-	-	-	-	-	57 860 634,50
Edifícios e outras construções	96 737 303,23	444 166,03	1 398 000,94	-	-	-	3 208 774,53	-	99 582 844,70
Equipamento básico	2 662 083,68	585 542,10	33 922,31	-	-	-	698 207,81	-	3 680 855,92
Equipamento de transporte	2 649 583,34	1 732 588,45	-	-	-	-	951 624,22	-	4 382 595,99
Equipamento administrativo	1 965 315,47	101 231,66	-	-	-	-	496 526,04	-	2 162 021,13
Equipamentos biológicos	1 743,67	-	6 021,90	-	-	-	3 041,14	-	7 766,51
Outros	2 341 083,69	256 784,63	722 912,71	-	-	-	520 178,01	-	3 840 699,03
Ativos fixos tangíveis em curso	15 559 807,61	14 171 500,47	4 133 138,69	-	-	-	-	-	34 864 446,77
Total	258 482 858,96	17 961 722,42	-	-	-	-	- 8 932 030,01	- 326 934,49	267 185 616,88

AFT-A - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - Adições

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	-	193 960,73	-	-	-	-	-	-	-	193 960,73
Edifícios e outras construções	-	537,26	-	-	-	-	-	-	-	537,26
Infraestruturas	-	21 059,18	-	-	-	-	-	-	-	21 059,18
Património histórico, artístico e cultural	-	356 533,41	-	-	-	341 150,00	-	-	-	356 533,41
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bens de domínio público em curso										
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	-	97 818,50	-	-	-	-	-	-	-	97 818,50
Edifícios e outras construções	-	444 166,03	-	-	-	-	-	-	-	444 166,03
Equipamento básico	-	33 922,31	-	-	-	-	-	-	-	33 922,31
Equipamento de transporte	-	1 732 588,45	-	-	-	-	-	-	-	1 732 588,45
Equipamento administrativo	-	101 231,66	-	-	-	-	-	-	-	101 231,66
Equipamentos biológicos	-	6 021,90	-	-	-	-	-	-	-	6 021,90
Outros	-	256 784,63	-	-	-	-	-	-	-	256 784,63
Ativos fixos tangíveis em curso	12 967 744,83	392 814,42	-	-	-	-	-	-	-	13 360 559,25
Total	12 967 744,83	2 882 005,84	-	-	-	341 150,00	-	-	-	17 961 722,42

AFT-D - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - Diminuições

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-
Patrimônio histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Bens de domínio público em curso	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão	-	-	-	-	-	-
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-
Patrimônio histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão em curso	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Terrenos e recursos naturais	3 450,00	-	-	-	1 050,00	4 500,00
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	245 224,05	245 224,05
Equipamento básico	-	-	-	-	23 536,94	23 536,94
Equipamento de transporte	3 274,61	-	-	-	16 481,27	19 755,88
Equipamento administrativo	-	-	-	-	11 729,48	11 729,48
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	22 188,14	22 188,14
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
Total	6 724,61	-	-	-	320 209,88	326 934,49

AFT-D - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	19 490 817,07	-	-	19 490 817,07	19 684 777,80	-	-	19 684 777,80
Edifícios e outras construções	14 573 925,95	4 352 516,05	-	10 221 409,90	14 757 465,06	4 776 478,66	-	9 980 986,40
Infraestruturas	112 159 603,73	64 028 591,83	-	48 131 011,90	113 969 941,89	66 654 831,94	-	47 315 109,95
Patrimônio histórico, artístico e cultural	968 547,92	8 664,52	-	959 883,40	1 325 081,33	12 139,96	-	1 312 941,37
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Bens de domínio público em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos e recursos naturais	57 762 816,00	-	-	57 762 816,00	57 856 134,50	-	-	57 856 134,50
Edifícios e outras construções	131 439 917,35	34 723 111,12	-	96 716 806,23	133 036 860,27	37 931 885,65	-	95 104 974,62
Equipamento básico	10 014 858,10	7 332 376,82	-	2 682 481,28	10 610 785,57	8 030 584,73	-	2 580 200,84
Equipamento de transporte	9 496 268,74	6 846 685,40	-	2 649 583,34	11 209 101,31	7 798 309,62	-	3 410 791,69
Equipamento administrativo	6 514 558,10	4 582 117,29	-	1 932 440,81	6 604 060,28	5 078 643,33	-	1 525 416,95
Equipamentos biológicos	4 717 295,20	4 715 551,53	-	1 743,67	4 723 317,10	4 718 592,67	-	4 724,43
Outros	6 840 052,51	4 465 994,76	-	2 374 057,75	7 797 561,71	4 986 172,77	-	2 811 388,94
Ativos fixos tangíveis em curso	15 559 807,61	-	-	15 559 807,61	25 598 169,39	-	-	25 598 169,39
Total	389 538 468,28	131 055 609,32	-	258 482 858,96	407 173 256,21	139 987 639,33	-	267 185 616,88

Nota 6 - Locações

Não existem ativos com adquiridos com recurso à locação financeira.

Nota 7 - Custos de empréstimos obtidos e financiamentos obtidos

Nesta nota divulga-se o que concerne a gastos com empréstimos obtidos e os saldos de financiamentos obtidos à data de 31 de dezembro de 2025 (ver em anexo Mapa de Empréstimos):

Financiamentos obtidos	2025	2024
Juros de financiamentos obtidos	304 864,36	549 899,56
Outros gastos de financiamento	186,36	0,00
Total	305 050,72	549 899,56

O decréscimo registado nos custos com empréstimos obtidos deve-se ao abrandamento das taxas de juro ao longo do ano de 2025. Este efeito verificou-se apesar da transmissão para o Município de Lagos do contrato de empréstimo anteriormente detido pela Neofutur junto da Caixa Geral de Depósitos, na sequência da liquidação e dissolução daquela empresa, cujo património — incluindo ativos e passivos — foi integralmente transferido para o Município.

Financiamentos obtidos	2025	2024
Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		
Exigível a curto prazo	0,00	0,00
Empréstimos bancários		
Exigível a curto prazo	1 844 935,88	1 902 432,17
Total a curto prazo	1 844 935,88	1 902 432,17
Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		
Exigível a médio e longo prazo	0,00	0,00
Empréstimos bancários		
Exigível a médio e longo prazo	6 634 124,03	8 496 993,80
Total a médio e longo prazo	6 634 124,03	8 496 993,80

Nota 8 - Propriedades de Investimento

No que concerne às “Propriedades de Investimento” os movimentos ocorridos foram:

PI - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (modelo do custo)

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo do custo)							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do período	Perdas por Imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições	
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO									
Bens de domínio público									
Terrenos e recursos naturais	1 429 214,25	-	-	-					1 429 214,25
Edifícios e outras construções	266 505,90			8 229,12					258 276,78
Outras propriedades de investimento									
Propriedades de investimento em curso									
total	1 695 720,15	-	-	8 229,12	-	-	-	-	1 687 491,03

Nota 9 - Imparidade de ativos

O reconhecimento das imparidades de dívidas a receber de clientes e utentes foi avaliado à data do relato, isto é, no final do período contabilístico, toda a dívida que evidenciava risco de incobrabilidade foi reconhecida imparidade a 100% (dívida em mora desde o ano 2012 até 2025).

Relativamente à imparidade de inventários e conforme o disposto na NCP10 do SNC – AP, foi considerado o valor das existências em armazém sem consumo há mais de um ano (períodos anteriores a 31 de dezembro de 2024).

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de Imparidades	Quantia Recuperável
Depósitos à ordem	29 466 075,53	-	-	29 466 075,53
Outros depósitos	10 034 033,56	-	-	10 034 033,56
Outros instrumentos financeiros a curto prazo	-	-	-	-
Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	688 002,61	-	-	688 002,61
Clientes, contribuintes e utentes	3 756 670,08	2 212 627,93	-	1 544 042,15
Fornecedores	117 412,90	-	-	117 412,90
Pessoal	-	-	-	-
Acionistas/sócios/associados	-	-	-	-
Outras contas a receber	19 572 242,04	-	-	19 572 242,04
Outras contas a pagar	6 643 805,37	-	-	6 643 805,37
Mercadorias	390 042,80	-	-	390 042,80
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	582 287,63	293 876,50	903,54	289 314,67
Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-
Ativos biológicos	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de compras	-	-	-	-
Investimentos financeiros	2 664 236,33	-	-	2 664 236,33
Propriedades de investimento	1 687 491,03	-	-	1 687 491,03
Ativos fixos tangíveis	241 855 637,27	-	-	241 855 637,27
Ativos intangíveis	163 311,25	-	-	163 311,25
Investimentos em curso	25 383 745,63	-	-	25 383 745,63
Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	-
Total	343 004 994,03	2 506 504,43	903,54	340 499 393,14

Nota 10 – Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2025 – custo médio ponderado. Nos quadros seguintes, apresenta-se a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	390 042,80	-	390 042,80
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	582 287,63	292 972,96	289 314,67
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	972 330,43	292 972,96	679 357,47

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos Inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de Inventários	Outros aumentos de Inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-/+(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias	347 572,31	3 257 787,27	3 483 646,11	-	-	-	-	268 329,33	390 042,80
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	366 735,74	659 224,46	603 818,64	-	292 972,96	-	-	160 146,07	289 314,67
Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	714 308,05	3 917 011,73	4 087 464,75	-	292 972,96	-	-	428 475,40	679 357,47

Nota 11 - Agricultura

Não se aplica.

Nota 12 - Contratos de construção

Não se aplica.

Nota 13 - Rendimentos de transações com contraprestação

Procedeu-se ao tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Taxas, multas e outras penalidades					
Taxas específicas das autarquias locais	5 273 904,86				
Multas e outras penalidades	542 693,50				
Vendas					
Água	5 468 463,43				
Outras mercadorias	2 916 427,97				
Produtos acabados e intermédios	5 951,00				
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos					
Prestações de serviços					
Serviços específicos das autarquias locais					
Resíduos Sólidos	1 312 508,41				
Transportes Escolares					
Transporte de Pessoas e Mercadorias	465 371,04				
Trabalhos por Conta de Particulares	1 555,66				
Cemitérios	69 264,26				
Mercados e Feiras	178 213,52				
Parques de Estacionamento	19 321,98				
Serviços Recreativos	34 434,90				
Serviços Culturais	215 380,74				
Serviços Desporto					
Canídeos	1 230,48				
Tarifa de disponibilidade	3 993 462,76				
Outros	3 434 048,28				
Outros Rendimentos					
Rendimentos suplementares	147 197,20				
Ganhos em inventários	67 246,47				
Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	420 214,92				
Rendimentos em investimentos não financeiros	1 103 067,23				
Correções relativas a períodos anteriores	616 452,36				
Outros não especificados	1 797 911,05				
TOTAL	28 084 322,02				

Nota 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Foram reconhecidos, no período de 2025, os seguintes rendimentos de transações sem contraprestação:

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Impostos diretos					
Imposto municipal sobre imóveis	12 726 388,67				
Imposto único de circulação	1 388 703,13				
Derrama	5 734,00				
Impostos indiretos	-				
Imposto sobre veículos	-				
Impostos indiretos específicos das autarquias locais	-				
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	36 469 171,08				
Transferências e subsídios correntes obtidos	-				
Estado	6 821 276,89				
Serviços e Fundos Autónomos	264 397,67				
Administração Local	157 354,77				
Resto do Mundo	77 480,64				
Sociedades e quase sociedades não financeiras	2 063 624,54				
Subsídios correntes	38 093,87				
Reversões	-				
De provisões	78 209,48				
De perdas por imparidade	903,54				
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	1 349 076,19				
Outros Rendimentos e ganhos	17 650,25				
TOTAL	61 458 064,72				

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

O valor da rubrica de provisões corresponde essencialmente ao montante apurado para fazer face aos riscos existentes de exfluxos de recursos no futuro, aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município, quer por outras entidades.

Em 2025, foram atualizadas as provisões de processos judiciais em curso, bem como as provisões relativas a acidentes de trabalho e doenças profissionais, e pensões vitalícias.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo das provisões reconhecidas é o seguinte:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10) = (1) + (5) - (9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5) = (2) + (3) + (4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9) = (6) + (7) + (8)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	947 220,80	82 778,54	-	-	82 778,54	-	78 209,48	-	78 209,48	951 789,86
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	31 088,25	-	-	-	-	-	-	-	-	31 088,25
Matérias ambientais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratos onerosos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reestruturação e reorganização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras provisões	119 581,94	52 542,17	-	-	52 542,17	-	-	-	-	172 124,11
Total	1 097 890,99	135 320,71	-	-	135 320,71	-	78 209,48	-	78 209,48	1 155 002,22

Detalhe das provisões de processos de acidentes de trabalho e doenças profissionais:

	31/12/2024	Aumento/ Diminuição	31/12/2025
Pensões por acidentes em serviço	119 581,94	52 542,17	172 124,11
Pensões por doenças profissionais	31 088,25	0,00	31 088,25

Detalhe dos processos judiciais que evidenciam risco:

N.º de Processo	Autor	Pedido	01/01/2025	Anula Provisão	Constitui Provisão	31/12/2025
38/14.OBELLE do TAF de Loulé	ESTORES BANDARRA, LDª	Condenar o ML a pagar à Autora a quantia de €3.908,44 de alegados danos num veículo, que terão sido provocados por roçar em troncos de uma árvore, e pelo aluguer de outro veículo, quantia acrescida de juros de mora.	3 908,44	3 908,44		0,00
72/14.OBELLE do TAF de Loulé	COLINA D'ATALAIA- Promoção Imobiliária, LDª	Condenar o ML a pagar à Autora a quantia de €35.784,04, acrescida de juros de mora à taxa legal, vencidos e vincendos, a contar de 28/02/2011, liquidados em €4.184,28 até 31/01/2014. Respeita à não restituição de caução no caso de ligação da rede de águas pluviais à rede pública, no Sítio da Atalaia.	39 968,32			39 968,32
163/19.1BELLE do TAF de Loulé	Lusitânia, Companhia de Seguros, SA	Condenar o ML a pagar à Autora a quantia de €7.275,26 quantia acrescida de juros de mora. Este processo foi apenso ao de Estores Bandarra, Lda.	7 275,26	7 275,26		0,00
872/24.3BELLE	MAPFRE- SEGUROS GERAIS, SA	Condenação do ML a pagar o valor de € 5.521,87 e juros.	5 521,87			5 521,87
609/22.1.BELLE	MAJA – MANUEL ANTÓNIO & JORGE ALMEIDA – CONSTRUÇÕES, S.A.	Condenação do Município a pagar € 190.876,06, a título de revisão extraordinária de preços, acrescido de juros pela mora	190 876,06			190 876,06
3119/23.6T8PTM	Eva Guimenez Fernandez	Condenação dos réus (Município e co-réu) a pagar à autora a quantia total de € 79.320,78, acrescida de juros de mora	79 320,78			79 320,78
533/23.OBELLE	ALUGAL, LDA.	Pedido de indemnização no valor de 67.025,78€ por inexecução de sentença condenatória	67 025,78	67 025,78		0,00
930/20.3BELSB	Massa Insolvente de José António Viegas Gonçalves € 1.568.844,75	Processo de execução cível contra o Município de Lagos para obtenção do pagamento do valor de €1.568.844,75 (um milhão, quinhentos e sessenta e oito mil oitocentos e quarenta e quatro euros e setenta e cinco cêntimos).	553 324,29		33 349,58	586 673,87
614/22.BELLE	MAPFRE SANTANDER PORTUGAL - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A	Condenação do Município a pagar a quantia de €7.772,72, acrescidos de Juros de mora			7 771,72	7 771,72
508/21.4BELLE	ECOAMBIENTE – SERVIÇOS E MEIO AMBIENTE, S.A	Anulação da decisão de aplicação de penalidade contratual aplicada pelo Município à autora, nomeadamente a penalidade referente ao processo 2021/350.30.001/3, no valor de € 4.440,00 e, consequentemente, deverá ser o Município condenado ao pagamento à autora do montante de € 4.440,00 que a ré descontou no pagamento da fatura n.º 463 da autora datada de 31/05/2021.			4 440,00	4 440,00
25/24.OBELLE	Sindicato Nacional das Polícias Municipais	Que lhes seja atribuído o suplemento remuneratório designado por abono para falhas. Peticiona ainda, a condenação do M.L. a reconhecer o direito à atribuição deste abono (...) e a condenar no pagamento a título de capital em dívida por abonos por falhas não pagos até à presente data, a que acrescem juro de mora.			37 217,24	37 217,24
Saldo da conta 293			947 220,80	78 209,48	82 778,54	951 789,86
					951 789,86	

Nota 16 - Efeitos de alterações em taxas de câmbio

No corrente exercício não houve registos de taxas de câmbio desfavoráveis ou favoráveis.

Nota 17 - Acontecimentos após a data de Balanço

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, não existindo, à data, intenção nem necessidade de liquidar a Entidade ou de reduzir de forma significativa o nível da sua atividade. Com base na informação disponível, não se identificam circunstâncias que coloquem em causa a aplicação deste pressuposto, nem o normal desenvolvimento da atividade municipal.

Entre a data de encerramento do exercício e a data de preparação do presente anexo, não foram identificados factos subsequentes que impliquem ajustamentos às demonstrações financeiras ou que alterem, de forma material, a posição financeira e patrimonial evidenciada.

Não obstante, importa salientar a ocorrência de acontecimentos de natureza excecional, designadamente fenómenos meteorológicos extremos registados a partir de 28 de janeiro de 2026, bem como o agravamento do contexto geopolítico internacional, em particular o conflito envolvendo os Estados Unidos da América, Israel e o Irão. Estes eventos configuram factos subsequentes que não dão lugar a ajustamentos, na medida em que as respetivas condições subjacentes não se encontravam presentes à data do balanço.

No que respeita aos fenómenos meteorológicos extremos, encontram-se ainda em curso os trabalhos de levantamento, avaliação e quantificação dos danos causados. Prevê-se que venham a ser necessários investimentos adicionais com vista à reposição de infraestruturas, reabilitação de ativos e implementação de medidas de mitigação de riscos futuros. Ainda assim, é expectável que uma parte significativa destes encargos possa vir a beneficiar de financiamento ou apoio por parte da Administração Central e/ou de outros mecanismos de apoio público. Acresce que parte relevante dos ativos potencialmente afetados se encontra já substancialmente depreciada, pelo que o eventual impacto líquido adicional nas demonstrações financeiras poderá revelar-se limitado, sem prejuízo da eventual necessidade de revisão de estimativas, reconhecimento de perdas por imparidade ou constituição de provisões, caso tal se venha a justificar.

Relativamente ao contexto geopolítico internacional, não é possível, à data, estimar com fiabilidade os seus impactos financeiros. Ainda assim, admite-se que este contexto possa vir a traduzir-se em pressões inflacionistas, aumento dos custos operacionais, constrangimentos nas cadeias de abastecimento, maior necessidade de apoio social às populações e eventuais condicionamentos à execução de projetos de investimento, com efeitos que se poderão refletir, sobretudo, em exercícios futuros.

Nota 18 – Investimentos financeiros

Em 2025, e conforme divulgado na conta individual do Município, os investimentos financeiros ascenderam a 5 488 993,94€. A diminuição, em relação ao ano transato, registada nesta conta encontra-se essencialmente associada ao processo de dissolução e liquidação da Neofutur, o qual implicou a consequente internalização do respetivo património (ativo e passivo) no Município de Lagos. Esta operação assume particular relevância económica e estratégica, revelando-se sustentável e alinhada com o interesse público, na medida em que permitirá alcançar ganhos de eficiência na gestão dos recursos municipais, bem como uma redução de encargos no médio e longo prazo. Resumo do movimento contabilístico:

		Débito	Crédito
12	Depósitos à ordem	955 981,13	
24	Estado e outros entes públicos	3 885,62	
27	Outras contas a receber e a pagar	3 975 513,07	107 170,37
25	Financiamentos obtidos		2 742 465,71
41	Investimentos financeiros	34 208,52	3 228 256,80
57	Ajustamentos em ativos financeiros	5 773 549,80	4 935 554,82
62	Fornecimentos e serviços externos	304 518,08	
78	Outros rendimentos		34 208,52
Total		11 047 656,22	11 047 656,22

Paralelamente, foram efetuados os ajustamentos contabilísticos decorrentes da atualização da informação financeira das entidades participadas que disponibilizaram os respetivos dados com referência a 31 de dezembro de 2025.

Investimentos financeiros	Quantia escriturada inicial	Aumentos	Diminuições	Quantia escriturada final
Lagos-Em-Forma - Gestão Desportiva, EM	0,00	0,00	0,00	0,00
Terras do Infante - Associação de Municípios	354 498,77	0,00	30 498,72	324 000,05
Neofutur- Promoção e Conservação de Imóveis, S.A.	0,00	0,00	0,00	0,00
GoodWill	0,00	0,00	0,00	0,00
Centro de Ciência Viva de Lagos	26 483,78	0,00	0,00	26 483,78
FAM - Fundo de Apoio Municipal	1 046 812,50	0,00	0,00	1 046 812,50
Algar, SA	253 310,00	0,00	0,00	253 310,00
Águas do Algarve, SA	1 013 630,00	0,00	0,00	1 013 630,00
Total	2 694 735,05	0,00	30 498,72	2 664 236,33

Nota 19 - Benefícios dos empregados

Em 2025, o número médio de trabalhadores ao serviço do Município de Lagos foi de 1.023. No mesmo período, a empresa municipal Lagos-em-Forma, EM, contou com uma média de 66 colaboradores, para além de 1 Administrador Executivo.

Os gastos que incorreram com os trabalhadores foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	277 442,54	281 232,06
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	56 174,27	54 144,71
Remunerações do pessoal	20 350 521,32	19 271 703,75
Encargos sobre remunerações	4 343 340,81	4 395 634,63
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	240 922,45	222 731,32
Outros gastos com o pessoal	90 511,73	117 002,94
Outros encargos sociais	518 854,66	458 122,22
Total	25 877 767,78	24 800 571,63

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

Quadro 18 - Entidades controladas

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Morada	Capital Social	Participação	% Controlo		Controlo Final	Motivo de exclusão na consolidação
					Direto	Indireto		
Lagos-Em-Forma - Gestão Desportiva, EM,SA	Empresa municipal - integrada na consolidação de contas	Complexo Desportivo Municipal 8600-324 Lagos	250 000,00	2 824 757,61	100%		Existe	
Águas do Algarve, S.A.	Participação minoritária registada pelo MEP	Rua do Repouso nº 10 8000-302 Faro	29 825 000,00	1 013 630,00	3,40%		Não Existe	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças
Algar, S.A.	Participação minoritária registada pelo método do custo	Rua Cândido Guerreiro nº 43 3º Frt 8000-302 Faro	7 500 000,00	253 310,00	3,38%		Não Existe	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças
Centro de Ciência Viva de Lagos	Participação minoritária registada pelo MEP	Rua Dr. Faria e Silva, nº 34 8600 Lagos	50 579,79	26 483,78	33,33%		Não Existe	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças
Terras do Infante - Associação de Municípios	Participação minoritária registada pelo MEP	Edifício do Paços do Concelho, Séc. XXI Praça do Município, 8600 – 293 Lagos.	743 360,65	324 000,05	33,33%		Não Existe	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças
Fundo de Apoio Municipal	Participação por realizar no capital social, registada de acordo com indicação	Rua Tenente Espanca, 20 1050-223 Lisboa	650 000 000,00	1 046 812,50	0,036%		Não Existe	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças

Quadro 19 - Transações entre partes relacionadas

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
Lagos-Em-Forma - Gestão Desportiva, EM,SA	Empresa municipal - integrada na consolidação de contas	Subsídios correntes concedidos	570 600,00	5%	-
		FSE	615 424,02	5%	-
Águas do Algarve, S.A.	Participação minoritária registada pelo MEP	Compras mercadorias	3 538 875,35	30%	-
		FSE	3 216 350,30	27%	-
		Outros gastos	391 007,32	3%	-
Algar, S.A.	Participação minoritária registada pelo MEP	FSE	2 229 446,36	19%	-
		Outros gastos	925 182,09	8%	-
Centro de Ciência Viva de Lagos	Participação minoritária registada pelo MEP	Transferências correntes concedidos	204 152,50	2%	-
		FSE	5 986,00	0%	-
Terras do Infante - Associação de Municípios	Participação minoritária registada pelo MEP	FSE	210 000,00	2%	-
Total			11 907 023,94	100%	

Nota 21 - Relato por segmentos

Não se aplica.

Nota 22 - Outra informação considerada relevante

22.1 Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	767 550,35	796 382,20
Estado	0,00	0,00
Administração Local	0,00	331,36
Administração Regional	0,00	0,00
Fundos Comunitários	767 550,35	796 050,84
Serviços e Fundos Autónomos	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	164,92	164,92
De curto prazo	0,00	0,00
De médio e longo prazo	164,92	164,92

Descrição	2025	2024
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	79 712,66	0,00
Estado	0,00	0,00
Administração Local	0,00	0,00
Administração Regional	0,00	0,00
Fundos Comunitários	0,00	0,00
Outros	79 712,66	0,00
Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,00	0,00
De curto prazo	0,00	0,00
De médio e longo prazo	0,00	0,00

22.2 Clientes

Nos períodos de 2025 e 2024 registaram-se as seguintes dívidas de “Clientes”:

Descrição	2025	2024
Clientes c/c	850 407,53	900 996,64
Contribuintes	0,00	0,00
Utentes	1 383 564,37	1 198 080,35
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	1 522 698,18	1 126 660,40
Clientes e contribuintes e utentes factoring	0,00	0,00
Sub-total de clientes, contribuintes e utentes	3 756 670,08	3 225 737,39
Imparidade de dívidas a receber	2 212 627,93	1 529 385,30
Total clientes, contribuintes e utentes	1 544 042,15	1 696 352,09

Descrição	2025	2024
Clientes c/c	45 471,50	45 471,50
Contribuintes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Total de adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	45 471,50	45 471,50

22.3 Diferimentos

O Município criou “Diferimentos” de gastos a reconhecer e de rendimentos a reconhecer. Na conta de “outros rendimentos a reconhecer” estão reconhecidos os rendimentos diferidos provenientes dos contratos de direitos de superfície concedidos no montante de 2 331 094,43 €.

Descrição	2025	2024
Gastos a reconhecer	409 149,37	506 680,40
Transferências e subsídios concedidos com condições	0,00	0,00
Outros	409 149,37	506 680,40
Rendimentos a reconhecer	2 352 576,45	2 398 270,12
Transferências e subsídios correntes obtidos com condições	21 032,02	21 032,02
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	0,00	0,00
Rendimentos da área da educação	0,00	0,00
Acordos de concessão de serviços	0,00	0,00
Outros	2 331 544,43	2 377 238,10

22.4 Fornecedores

Os saldos das rubricas de “Fornecedores” e “Fornecedores de investimentos” são discriminados da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	117 412,90	135 454,50
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	117 412,90	135 454,50

Descrição	2025	2024
Fornecedores de investimentos c/c	6 526,24	0,00
Total	6 526,24	0,00

22.5 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	3 885,62	8 608,11
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	126 717,10	264 780,42
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	130 602,72	273 388,53
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	47 354,60	28 627,75
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	60 261,72	42 562,37
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	121 566,10	115 894,04
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações	505 584,88	468 777,23
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	734 767,30	655 861,39

22.6 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras Contas a Pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	passivo corrente	passivo não corrente	passivo corrente	passivo não corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações com pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Credores por acréscimo de gastos *	6 210 481,02	0,00	3 989 454,53	0,00
Credores por subscrições não liberadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Cauções	66 680,00	21 372,22	48 020,00	17 110,85
Credores por prestações sociais a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Credores por prestações sociais em presc	0,00	0,00	0,00	0,00
Sindicatos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros credores	345 272,13	0,00	2 260 235,01	6 991,36
Total	6 622 433,15	21 372,22	6 297 709,54	24 102,21

* O saldo apresentado na conta "Credores por acréscimos de gastos" representa:

- a estimativa das remunerações (férias, subsídios de férias e os respetivos encargos) a pagar em 2026;
- faturação de credores referentes ao ano 2025, cujo documento vinculativo foi rececionado em 2026;

22.7 Outras Contas a Receber

A rubrica "Outras Contas a Receber" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	ativo corrente	ativo não corrente	ativo corrente	ativo não corrente
Devedores por contratos de cedência	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores por acréscimos	0,00	0,00	0,00	0,00
	16 945 105,24	0,00	15 667 274,14	0,00
Impostos e taxas imputados ao período				
Devedores por acréscimos de rendimentos**	2 084 860,77	0,00	2 623 760,85	0,00
Cauções	37 000,00	0,00	37 000,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores por alienação de ativos fixos				
Devedores por prestações sociais a repor	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores por empréstimos não bonificados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	505 276,03	0,00	260 328,15	0,00
Total	19 572 242,04	0,00	18 588 363,14	0,00

** O saldo apresentado na conta "Devedores por acréscimos de rendimentos" representa o seguinte:

- Estimativa de vendas e prestação de serviços de consumos do ano 2025 faturados em 2026;
- Estimativa de juros.

22.8 Património Líquido

O património líquido consolidado passou a totalizar 314 782 434,24€, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Património/capital	138 441 811,85			138 441 811,85
Ações (quotas) próprias				
Outros instrumentos de capital próprio				
Prémios de emissão				
Reservas	12 893 568,02	116 697,99		13 010 266,01
Resultados transitados	104 442 830,88	2 532 770,01	116 697,99	105 379 454,12
Ajustamentos de transição para o SNC-AP	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação do resultado líquido de 2023	0,00	2 532 770,01	116 697,99	0,00
Regularização de transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras regularizações	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos em ativos financeiros	1 830 246,12	5 265 057,77	22 384,49	1 321 754,09
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis				
Outras variações no património líquido	42 432 160,37	8 725 884,61	13 143,41	47 951 974,25
Ajustamentos de transição para o SNC-AP				
Transferências e subsídios de capital		7 893 294,40	0,00	
Doações obtidas		791 064,50	159 242,34	
Transferências de ativos		0,00	0,00	
Outras regularizações		41 525,71	0,00	
Total	300 040 617,24			306 105 260,32
Resultado líquido do período	998 785,19			8 677 173,92
Total dos fundos patrimoniais	301 039 402,43			314 782 434,24

22.9 Impostos, contribuições e taxas

Entre períodos de 2025 e 2024, verificou-se uma variação positiva, justificada principalmente pelo aumento do IMT, na rubrica dos impostos indiretos.

Descrição	2025	2024
Impostos diretos	14 120 825,80	13 707 195,55
Impostos indiretos	36 469 171,08	28 302 424,15
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00
Taxas, multas e outras penalidades	5 816 598,36	5 060 686,77
Total	56 406 595,24	47 070 306,47

22.10 Vendas e Prestações de Serviços

Os saldos de 2025 e 2024 consolidados são os seguintes:

Descrição	2025	2024
Mercadorias	8 384 126,45	7 946 013,15
Produtos acabados e intermédios	893,03	1 322,58
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	5 951,00	0,00
Ativos biológicos	0,00	0,00
Devoluções de vendas	-128,08	-63,85
Descontos e abatimentos em vendas	0,00	0,00
Total de Vendas	8 390 842,40	7 947 271,88
Descrição	2025	2024
Serviços específicos das autarquias locais	6 830 188,21	6 663 451,11
Outros serviços	0,00	0,00
Total de Prestações de Serviços	6 830 188,21	6 663 451,11

22.11 Transferências e subsídios correntes obtidos

Os saldos de 2025 e 2024 consolidados são os seguintes:

Descrição	2025	2024
Transferências correntes	9 257 511,91	8 876 752,95
Subsídios correntes	38 093,87	78 057,80
Total	9 295 605,78	8 954 810,75

22.12 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se detalhada no quadro abaixo.

Descrição	2025	2024
Outros rendimentos do Estado	0,00	0,00
Rendimentos suplementares	98 502,74	95 645,04
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de contas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	67 246,47	64 440,55
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	1 151 761,69	1 132 428,40
Outros	3 735 134,68	2 081 657,04
Total	5 052 645,58	3 374 171,03

22.13 Transferências e subsídios correntes concedidos

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, as seguintes transferências e subsídios:

Descrição	2025	2024
Transferências correntes concedidas	6 937 365,29	7 405 264,72
Subsídios correntes concedidos	0,00	0,00
Prestações sociais concedidas	0,00	7 487,67
Transferências de capital concedidas	1 514 149,91	1 022 984,08
Subsídios de capital concedidos	0,00	0,00
Transferências para cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Transferências e subsídios para reforço de liquidez	0,00	0,00
Transferências e subsídios para amortização de dívida	0,00	0,00
Outros subsídios e transferências de capital	0,00	0,00
Total	8 451 515,20	8 435 736,47

22.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos e parcerias	5 858 520,88	5 192 930,32
Serviços especializados	5 036 136,12	4 454 909,01
Materiais de consumo	1 163 896,93	907 868,14
Energia e fluidos	1 538 268,60	1 360 408,62
Deslocações, estadas e transportes	339 225,95	368 204,76
Serviços diversos	10 805 554,37	9 484 036,90
Total	24 741 602,85	21 768 357,75

22.15 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos e taxas	1 251 628,20	1 119 742,32
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	13 089,86	20 791,96
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	94 991,61	767 096,61
Outros	2 499 959,25	1 882 984,79
Total	3 859 668,92	3 790 615,68

22.16 Resultados entre Rendimentos e Gastos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos

Descrição	2025	2024
Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	34 208,52	83 465,12
Gastos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	30 498,72	0,00
Rendimentos/Gastos entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	3 709,80	83 465,12

22.17 Resultados Financeiros

Descrição	2025	2024
Juros e encargos suportados	304 864,36	549 669,14
Diferenças de câmbio desfavoráveis na atividade de financiamento	0,00	0,00
Outros gastos de financiamento	0,00	0,00
Outros gastos	186,36	230,42
Total	305 050,72	549 899,56
Gestão da tesouraria e da dívida direta do Estado	0,00	0,00
Juros obtidos	0,00	40 880,03
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Diferenças de câmbio favoráveis na atividade de financiamento	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
Outros rendimentos	0,00	0,00
Total	0,00	40 880,03
Resultados Financeiros	-305 050,72	-509 019,53

ORGÃO EXECUTIVO

Em 17 de junho de 2026



ORGÃO DELIBERATIVO

Em 22 de junho de 2026



5. Contabilidade de Gestão

5.1 Introdução

A contabilidade de gestão destina-se a produzir informação relevante e analítica sobre gastos, rendimentos e resultados, para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos dirigentes públicos na tomada de decisões, permitindo uma melhor avaliação da economia, eficácia e eficiência das políticas públicas, tornando-se num instrumento de gestão interna de extrema importância.

Este sistema contabilístico permite desagregar gastos e rendimentos por funções, bens e serviços, complementando a contabilidade orçamental e financeira.

O presente relatório é elaborado nos termos da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27 – Contabilidade de Gestão do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º192/2015 de 11 de setembro.

5.2 Demonstração de Resultados por centros de responsabilidade

Com o objetivo de garantir a avaliação da margem produzida nas diversas atividades da autarquia, ou seja, analisar os diferenciais entre os rendimentos gerados e os gastos dos recursos utilizados pelos diversos centros de responsabilidade, procedeu-se as seguintes medidas:

- Imputação da receita proveniente de imposto pelas diferentes funções e diferentes centros de responsabilidade, em proporção com o número de trabalhadores afetos e também em proporção aos gastos do ano anterior;
- Melhoramento da imputação dos gastos de acordo com o fim a que se destinam, independentemente do serviço requisitante;
- Redução da imputação dos rendimentos e gastos a não incorporáveis.

Na demonstração abaixo, podemos analisar os resultados por centro de responsabilidade do ano 2025, onde se verifica o total de rendimentos necessários por centro de responsabilidade para fazer face ao total de gastos para o desenvolvimento das atividades da autarquia.

Designação	Rendimentos/Gastos	Total
Centro de Responsabilidade: 0101 - Assembleia Municipal	Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários	-316,68
	Fornecimentos e serviços externos	-19 425,20
	Gastos com o pessoal	-86 687,81
	Gastos de depreciação e de amortização	-3 883,78
	Outros gastos	-564,29
	Total Gastos	-110 877,76
Assembleia Municipal - Resultado		-110 877,76
Centro de Responsabilidade: 0102 - Câmara Municipal	Transferências e subsídios concedidos	-3 485 084,93
	Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	-81 004,55
	Fornecimentos e serviços externos	-2 872 769,01
	Gastos com o pessoal	-3 186 068,29
	Gastos de depreciação e de amortização	-1 795 150,09
	Perdas por imparidade	-57 054,43
	Provisões do período	-134 970,29
	Outros gastos	-965 394,62
	Gastos por juros e outros encargos	-304 246,85
	Total Gastos	-12 881 743,05
	Impostos, contribuições e taxas	3 417 834,15
	Prestações de serviços e concessões	35 355,73
	Transferências e subsídios correntes obtidos	60 773,72
	Reversões	66 952,39
	Outros rendimentos	1 964 992,14
	Total Rendimentos	5 545 908,14
Câmara Municipal - Resultado		-7 335 834,91
Centro de Responsabilidade: 0200 - Dep. de Desenvolvimento Social, Educação e Cultura	Transferências e subsídios concedidos	-3 293 683,97
	Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	-118 872,03
	Fornecimentos e serviços externos	-5 344 233,57
	Gastos com o pessoal	-4 974 662,44
	Gastos de depreciação e de amortização	-1 945 054,05
	Outros gastos	-681 919,71
	Total Gastos	-16 358 425,77
	Impostos, contribuições e taxas	19 114 893,19
	Vendas	2 066,20
	Prestações de serviços e concessões	317 086,73
	Transferências e subsídios correntes obtidos	2 650 712,31
	Outros rendimentos	1 179 607,13
	Total Rendimentos	23 264 365,54
Dep. de Desenvolvimento Social, Educação e Cultura - Resultado		6 905 939,77
Centro de Responsabilidade: 0300 - Dep. de Sustentabilidade Ambiental e Urbana	Transferências e subsídios concedidos	-1 411,89
	Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	-3 731 749,40
	Fornecimentos e serviços externos	-14 206 211,34
	Gastos com o pessoal	-6 331 692,49
	Gastos de depreciação e de amortização	-3 657 519,35
	Outros gastos	-1 794 629,67
	Total Gastos	-29 723 214,14
	Impostos, contribuições e taxas	22 451 906,65
	Vendas	6 097 409,22
	Prestações de serviços e concessões	6 277 888,97
	Transferências e subsídios correntes obtidos	2 185 252,57
	Outros rendimentos	435 592,18
	Total Rendimentos	37 448 049,59
Dep. de Sustentabilidade Ambiental e Urbana - Resultado		7 724 835,45

Designação	Rendimentos/Gastos	Total
Centro de Responsabilidade: 0400 - Dep. de Planeamento e Gestão do Território	Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	-20,99
	Fornecimentos e serviços externos	-353 863,14
	Gastos com o pessoal	-1 736 527,36
	Gastos de depreciação e de amortização	-188 465,24
	Outros gastos	-96 181,55
	Total Gastos	-2 375 058,28
	Impostos, contribuições e taxas	3 223 878,78
	Vendas	663,95
	Prestações de serviços e concessões	224,31
	Transferências e subsídios correntes obtidos	9 664,42
	Outros rendimentos	1 522 985,24
	Total Rendimentos	4 757 416,71
	Dep. de Planeamento e Gestão do Território - Resultado	2 382 358,43
Centro de Responsabilidade: 0500 - Dep. de Modernização Administrativa e Financeira	Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	-11 256,24
	Fornecimentos e serviços externos	-939 182,38
	Gastos com o pessoal	-2 846 369,77
	Gastos de depreciação e de amortização	-303 411,96
	Perdas por imparidade	-681 473,33
	Outros gastos	-181 912,98
	Gastos por juros e outros encargos	-13,34
	Total Gastos	-4 963 619,99
	Impostos, contribuições e taxas	7 526 069,52
	Vendas	7 326,37
	Prestações de serviços e concessões	141,71
	Transferências e subsídios correntes obtidos	35 301,62
	Reversões	902,55
	Outros rendimentos	314 353,48
	Total Rendimentos	7 884 095,26
	Dep. de Modernização Administrativa e Financeira - Resultado	2 920 475,27
Centro de Responsabilidade: 0700 - Divisão de Museus e Bens Culturais	Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	-6 459,43
	Fornecimentos e serviços externos	-306 182,44
	Gastos com o pessoal	-874 534,37
	Gastos de depreciação e de amortização	-91 118,24
	Outros gastos	-1 622,58
	Total Gastos	-1 279 917,06
	Impostos, contribuições e taxas	50 692,77
	Vendas	14 719,15
	Prestações de serviços e concessões	179 887,36
	Transferências e subsídios correntes obtidos	5 273,51
	Outros rendimentos	1 969,56
	Total Rendimentos	252 542,35
	Divisão de Museus e Bens Culturais - Resultado	-1 027 374,72
Centro de Responsabilidade: 0800 - Divisão Jurídica	Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	-839,47
	Fornecimentos e serviços externos	-66 451,65
	Gastos com o pessoal	-181 078,18
	Gastos de depreciação e de amortização	-641,18
	Outros gastos	-3 535,32
	Gastos por juros e outros encargos	-0,59
	Total Gastos	-252 546,39
	Impostos, contribuições e taxas	10 055,75
	Transferências e subsídios correntes obtidos	31,44
	Reversões	11 171,45
	Outros rendimentos	-6,97
	Total Rendimentos	21 251,66
	Divisão Jurídica - Resultado	-231 294,72
Centro de Responsabilidade: 0900 - Div. Gest de Fund de Financ, Empreend e Turismo	Transferências e subsídios concedidos	-118 992,77
	Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	-196,29
	Fornecimentos e serviços externos	-122 383,74
	Gastos com o pessoal	-309 360,17
	Gastos de depreciação e de amortização	-2 456,14
	Outros gastos	-3 152,91
	Total Gastos	-556 542,03
	Impostos, contribuições e taxas	146 758,18
	Transferências e subsídios correntes obtidos	1 959,91
	Outros rendimentos	-244,35
	Total Rendimentos	148 473,74
	Div. Gest de Fund de Financ, Empreend e Turismo - Resultado	-408 068,29

Designação	Rendimentos/Gastos	Total
Centro de Responsabilidade: 1000 - Acção social	Fornecimentos e serviços externos	-113,52
	Gastos de depreciação e de amortização	-45,00
	Outros gastos	-1 840,22
	Total Gastos	-1 998,74
	Transferências e subsídios correntes obtidos	37 175,25
	Total Rendimentos	37 175,25
Acção social - Resultado		35 176,51
Centro de Responsabilidade: 1001 - Educação	Transferências e subsídios concedidos	-909 918,23
	Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	-7 512,24
	Fornecimentos e serviços externos	-594 881,85
	Gastos com o pessoal	-3 302 093,00
	Gastos de depreciação e de amortização	-40 099,77
	Outros gastos	-36 511,61
	Total Gastos	-4 891 016,69
	Impostos, contribuições e taxas	20 185,23
	Prestações de serviços e concessões	115,02
	Transferências e subsídios correntes obtidos	3 120 016,02
	Outros rendimentos	5 589,56
	Total Rendimentos	3 145 905,84
Educação - Resultado		-1 745 110,85
Centro de Responsabilidade: 1002 - Saúde	Transferências e subsídios concedidos	-16 457,27
	Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	-1 776,55
	Fornecimentos e serviços externos	-387 199,87
	Gastos com o pessoal	-128 556,29
	Gastos de depreciação e de amortização	-72 362,69
	Outros gastos	-106 170,98
	Total Gastos	-712 523,64
	Impostos, contribuições e taxas	382 556,84
	Transferências e subsídios correntes obtidos	1 179 266,51
	Outros rendimentos	-1 037,55
	Total Rendimentos	1 560 785,79
Saúde - Resultado		848 262,15
Centro de Responsabilidade: 1100 - Freguesia de São Gonçalo de Lagos	Transferências e subsídios concedidos	-430 192,82
	Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	-3 123,51
	Fornecimentos e serviços externos	-21 494,33
	Total Gastos	-454 810,67
Freguesia de São Gonçalo de Lagos - Resultado		-454 810,67
Centro de Responsabilidade: 1101 - Freguesia da Luz	Transferências e subsídios concedidos	-275 133,47
	Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	-641,80
	Fornecimentos e serviços externos	-710,90
	Total Gastos	-276 486,18
Freguesia da Luz - Resultado		-276 486,18
Centro de Responsabilidade: 1102 - União de Freguesias Bensafrim/Barão S. João	Transferências e subsídios concedidos	-194 762,05
	Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	-2 428,44
	Fornecimentos e serviços externos	-546,41
	Outros gastos	-31,90
	Total Gastos	-197 768,79
União de Freguesias Bensafrim/Barão S. João - Resultado		-197 768,79
Centro de Responsabilidade: 1103 - Freguesia de Odiáxere	Transferências e subsídios concedidos	-234 078,80
	Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	-3 470,41
	Fornecimentos e serviços externos	-279,55
	Total Gastos	-237 828,77
Freguesia de Odiáxere - Resultado		-237 828,77
Centro de Responsabilidade: 1104 - Freguesia de Bensafrim	Transferências e subsídios concedidos	-22 543,97
	Fornecimentos e serviços externos	-24,54
	Total Gastos	-22 568,51
Freguesia de Bensafrim - Resultado		-22 568,51
Centro de Responsabilidade: 1105 - Freguesia de Barão de S. João	Transferências e subsídios concedidos	-16 491,64
	Fornecimentos e serviços externos	-332,30
	Total Gastos	-16 823,94
Freguesia de Barão de S. João - Resultado		-16 823,94
Ajustamento de consolidação		-75 025,55
Resultado Líquido		8 677 173,92

ANEXO

Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários

Entidade

Município de Lagos

Período:

Prestação de Contas

Ano:

2025

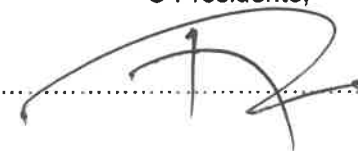
Entidade	Data do Contrato	Prazo do Contrato	Capital		Taxa de juro		Pagamentos de anos anteriores		Pagamentos do ano		Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 1 de janeiro	Saldo em 31 de dezembro	Obs.
			Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Amortização	Juros				
Contrato de empréstimo para execução das ações 6 e 7 - P.O.L.I.S. - 5292860830003 - N/D	2005-08-12	2005-08-29	601 112,00	601 112,00	0002,33	0000,00	564 338,24	113 639,22	36 773,76	719,69	0,00	36 773,76	0,00	
Renovação Urbana de Planos de Pórtico - Sargacal - 5282860830004 - N/D	2005-11-18	2006-02-17	170 284,00	170 284,00	0002,58	0000,00	154 820,21	33 231,39	10 233,06	385,22	0,00	15 483,79	5 230,73	
Empréstimo para construção da EB1/JI Santa Maria e Renovação Urbana de Bensafim - 5292860830006 - N/D	2006-12-22	2007-02-22	950 276,00	950 276,00	0003,90	0000,00	809 943,65	13 238,23	54 989,80	3 588,89	0,00	140 332,35	85 362,55	
Contrato de empréstimo para construção de Pavilhão e Piscinas - 8015 0047 15	2008-02-17	2008-03-23	1 900 550,00	1 941 735,00	0002,77	0000,00	1 674 593,22	19 191,18	110 518,37	4 741,49	0,00	187 141,78	56 623,41	
Contrato de empréstimo para aquisição de habitação social em Odiáxere e Espiche - 560 468 305 38 - N/D	2009-05-18	2008-07-16	5 370 000,00	5 370 000,00	0002,65	0000,00	3 695 895,27	226 052,43	310 480,80	60 224,64	0,00	1 674 104,73	1 383 623,93	
Empréstimo n.º 8015006385391 - N/D	2022-03-18	- -	6 441 146,08	6 441 146,08	0000,71	0000,71	1 067 317,30	532 075,53	400 130,01	202 880,08	0,00	5 373 828,78	4 973 698,77	
Empréstimo n.º 9015005675291 - Abertura de crédito - N/D	2025-08-05	- -	2 493 150,65	2 493 150,65	0000,00	0000,00	0,00	0,00	498 630,13	30 369,07	0,00	2 493 150,65	1 984 520,52	
Totais			17 925 518,73	17 967 703,73			7 966 907,89	937 487,98	1 421 736,83	303 019,08	0,00	9 900 796,84	8 479 059,91	

Relatório de Gestão Consolidado de 2025

ENCERRAMENTO

O presente Relatório de Gestão Consolidado de 2025 mais seus anexos, que antecedem, devidamente numerados, foram aprovados em Reunião de Câmara Municipal, realizada em 17 de junho de 2026.

O Presidente,


.....
.....
.....
.....
.....


.....
.....
.....
.....
.....


.....
.....
.....
.....
.....

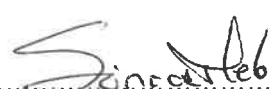
TERMO DE APROVAÇÃO FINAL

O Relatório de Gestão Consolidado de 2025 mais seus anexos que antecedem mereceram aprovação por (1) MAIORIA, da Assembleia Municipal em sua sessão (2) ORDINÁRIA, na 1ª reunião realizada no dia 22 de junho de 2026.

O Presidente,


.....

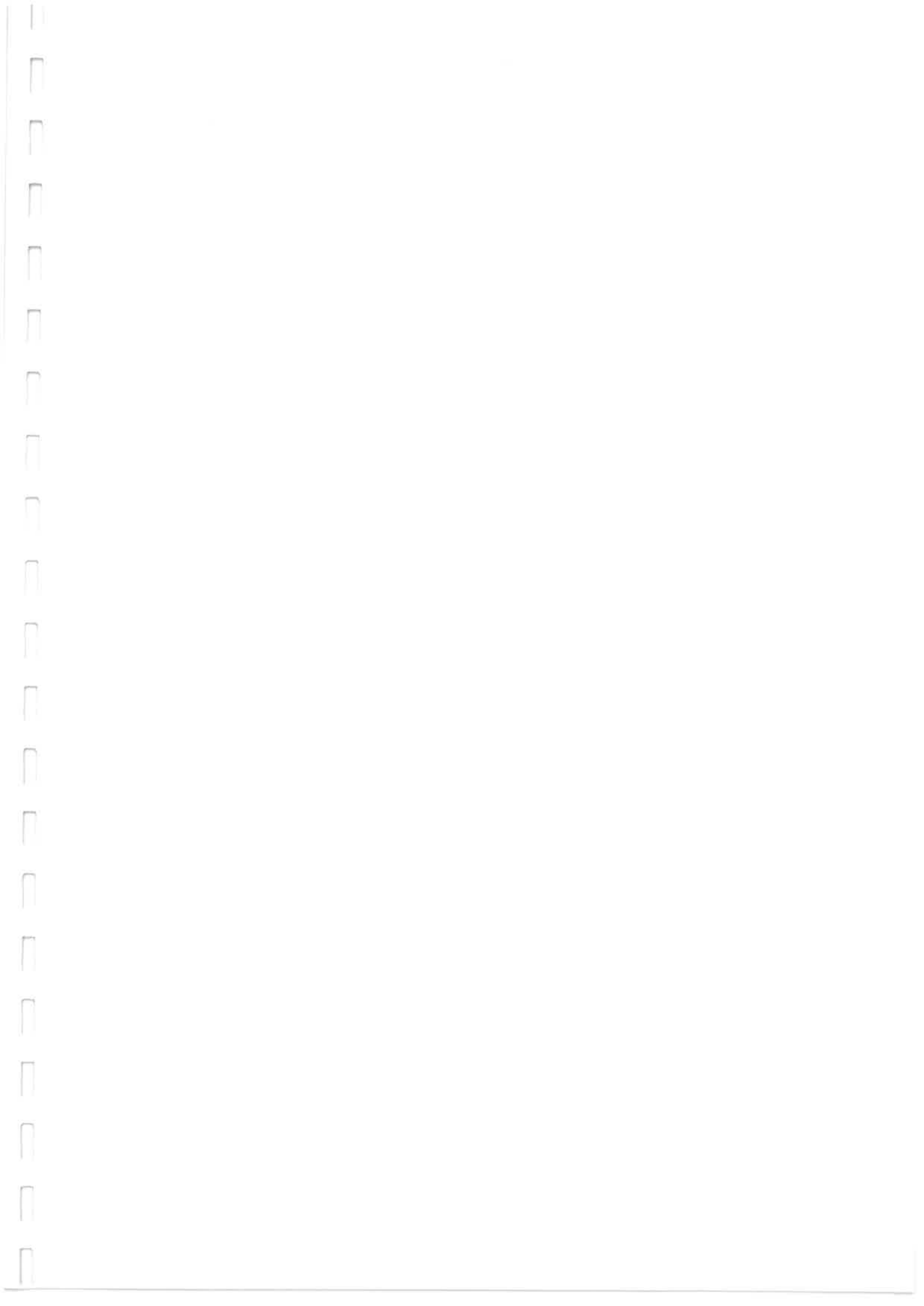
O 1º. Secretário,


.....

O 2º. Secretário,


.....

(1) - Unanimidade, ou maioria ; - (2) - Ordinária, ou extraordinária.



PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE LAGOS

1. De acordo com as disposições legais aplicáveis, vimos emitir o nosso Parecer sobre os documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município de Lagos reportados a 31 de dezembro de 2025, as quais compreendem o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas, bem como o mapa de desempenho orçamental consolidado e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza
2. Com base nos trabalhos efetuados elaborámos a Certificação Legal das Contas do Município de Lagos.
3. Com suporte na secção "Bases para opinião com reserva" da Certificação Legal das Contas, somos de Parecer que aprovem os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas a 31 de dezembro de 2025.

Montijo, 17 de junho de 2026

**ANTÓNIO MANUEL
GAMEIRO
MORGADO**

Assinado de forma digital por
ANTÓNIO MANUEL GAMEIRO
MORGADO
Dados: 2026.06.17 12:07:08 +01'00'

António Fortunato & Associados, SROC, Lda.
Representada por António Manuel Gameiro Morgado - R.O.C. N.º 1941

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Lagos** ("o Grupo"), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 334.396.768,79 euros e um total de património líquido de 314.782.434,24 euros, incluindo um resultado líquido de 8.677.173,92 euros), a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria reportada na seção "Base para a Opinião com Reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município de Lagos em 31 de dezembro de 2025, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reserva

Os Ativos Fixos Tangíveis do Município de Lagos, compreendendo bens do domínio público e do domínio privado, ascendem a 265.014.280,90 euros, encontrando-se as principais políticas contabilísticas adotadas, bem como as alterações e ajustamentos efetuados a estes ativos, devidamente divulgados nas Notas 2 e 5 do Anexo às demonstrações financeiras, preparadas de acordo com o SNC-AP.

Importa referir, que dadas as características específicas da atividade municipal e o enquadramento diferenciado dado, ao longo dos anos, ao registo e reconhecimento dos bens nos registos contabilísticos do município, o património municipal tem vindo a ser objeto de um processo continuado de inventariação, reconhecimento e regularização. Este processo de execução permanente e complexa tempestividade tem sido desenvolvido ao longo dos anos, tendo abrangido, desde 2020, um universo aproximado de 77.575 bens. Apesar do extenso trabalho já desenvolvido, o processo de inventariação e de adaptação ao SNC-AP, ainda não se encontra concluído e a informação atualmente existente não constitui uma garantia de plenitude e da correta valorização destes ativos, constituindo uma limitação de âmbito.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes

da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

- 1- Conforme divulgado na Nota 17 do Anexo às Demonstrações Financeiras, após a data do balanço ocorreram acontecimentos de natureza excecional, designadamente fenómenos meteorológicos extremos e o agravamento do contexto geopolítico internacional, os quais constituem eventos subsequentes que não dão lugar a ajustamentos. Existe incerteza quanto ao impacto futuro destes acontecimentos, não sendo ainda possível estimar com fiabilidade os seus efeitos. Não obstante, a Entidade considera que o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras se mantém apropriado, não estando em causa a continuidade das operações.
- 2- Conforme divulgado com maior detalhe na nota 4 do anexo às demonstrações financeiras, o Município de Lagos, entende que a informação revela-se insuficientemente e que impede o adequado reconhecimento, embora a entidade E-REDES – Distribuição de Energia, S.A. tenha disponibilizado aos serviços municipais alguma informação sobre o desenvolvimento da concessão.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 121.027.956,30 euros), a demonstração consolidada da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 82.824.008,07 euros) e a demonstração consolidada de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações consolidadas orçamentais no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão consolidado

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações consolidadas orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Montijo, 17 de junho de 2026

ANTÓNIO MANUEL
GAMEIRO
MORGADO

Assinado de forma digital por
ANTÓNIO MANUEL GAMEIRO
MORGADO
Dados: 2026.06.17 12:06:11
+01'00'

António Fortunato & Associados, SROC, Lda.

Representada por António Manuel Gameiro Morgado - R.O.C. N.º 1941